



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS A DISTÂNCIA

RICKISON CRISTIANO DE ARAÚJO SILVA

**NO MEIO DO CAMINHO TINHA UMA PANDEMIA: (RE) CONFIGURAÇÕES
DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CURSO DE LETRAS – PORTUGUÊS
DO IFPB**

JOÃO PESSOA,

2022

RICKISON CRISTIANO DE ARAÚJO SILVA

**NO MEIO DO CAMINHO TINHA UMA PANDEMIA: (RE) CONFIGURAÇÕES
DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CURSO DE LETRAS – PORTUGUÊS
DO IFPB**

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Letras a Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), para obtenção do título de Graduado em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Neilson Alves de Medeiros

JOÃO PESSOA,

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Nilo Peçanha, IFPB *campus* João Pessoa

S586n Silva, Rickison Cristiano de Araújo.

No meio do caminho tinha uma pandemia : (Re) configurações do estágio supervisionado no curso de letras – português do IFPB / Rickison Cristiano de Araújo Silva. – 2022.

62 f. : il.

TCC (Graduação – Licenciatura em Letras a Distância Habilitação em Língua Portuguesa) – Instituto Federal de Educação da Paraíba / Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras a Distância, 2022.

Orientação : Profº D.r Neilson Alves de Medeiros.

1. Estágio supervisionado. 2. Formação docente. 3. Licenciatura em letras português. 4. Ensino remoto. 5. Pandemia. I. Título.

CDU 37.046:377.8(043)

Elaboração: Lucrecia Camilo de Lima – Bibliotecária CRB 15/132

FOLHA DE APROVAÇÃO

RICKISON CRISTIANO DE ARAÚJO SILVA

NO MEIO DO CAMINHO TINHA UMA PANDEMIA: (RE) CONFIGURAÇÕES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CURSO DE LETRAS – PORTUGUÊS DO IFPB

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Letras a Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), para obtenção do título de Graduado em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa.

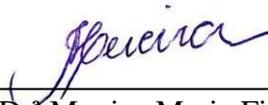
Orientador: Prof. Dr. Neilson Alves de Medeiros

Aprovado em 7 de dezembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA



Presidente: Prof. Dr. Neilson Alves de Medeiros (IFPB)



Examinadora: Prof^a Dr^a Monica Maria Firmino Pereira Seixas (IFPB)



Examinadora: Prof^a Dr^a Maria Analice Pereira da Silva (IFPB)

Dedico este trabalho a:

Todos que lutam diariamente por uma Educação gratuita e de qualidade;

Todos os professores e professoras que durante a pandemia necessitaram reconfigurar
sua prática docente e continuaram trabalhando em meio à escuridão;

Todos aqueles que tiveram suas vidas ceifadas durante a pandemia de Covid-19.

AGRADECIMENTOS

Gracias a la vida que me ha dado tanto
(Mercedes Sosa)

Durante a minha vivência no curso de Letras – Português, ofertado na modalidade a distância, pude contar com a ajuda de algumas pessoas que foram de fundamental importância para que eu pudesse findar este momento. Assim, agradeço:

A **Deus**, pela dádiva da vida. Sem a sua mão, tenho certeza de que não teria conseguido alcançar meus sonhos. Gratidão por me guiar e me sustentar sempre em meio às dificuldades da vida.

A **minha família** pelo amor, apoio, força e motivação para seguir meus sonhos e, principalmente, nos estudos.

Ao **IFPB**, pelo ensino público e de qualidade. O curso de Letras – Português, realizado na modalidade a distância, tem formado excelentes professores de língua portuguesa e suas literaturas.

Ao Prof. Dr. **Neilson Alves de Medeiros**, meu orientador, por ter aceitado prontamente orientar este trabalho. Agradeço a sua sensibilidade e compreensão para com o meu contexto atual. Sua ética, compromisso e profissionalismo ao longo das disciplinas, de forma específica as de Orientação de Estágio Supervisionado, bem como no processo de orientação são espelhos do que significa “ser docente” para mim.

À Prof^a. Dr^a. **Monica Maria Firmino Pereira Seixas** por aceitar compor a banca examinadora deste trabalho, bem como os diálogos estabelecidos ao longo das disciplinas. Agradeço ainda pelo excelente serviço desenvolvido enquanto coordenadora do curso de Letras – Português. A academia necessita de docentes como você, sensível e atenta às demandas institucionais, mas, sobretudo, as demandas humanas.

À Prof^a. Dr^a. **Maria Analice Pereira da Silva** por também ter aceito o convite para compor a banca examinadora deste trabalho, contribuindo com o aprimoramento deste estudo. Obrigado também pelas reflexões realizadas ao longo de OES II, quando atravessávamos momentos de incertezas.

À Prof^a. Dr^a. **Francilda Araújo Inácio** pela oportunidade de ser seu orientando no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Obrigado por me mostrar, através dos nossos diálogos e encontros no Projeto de PIBIC que a Literatura, para além de nos possibilitar reflexões e questionamentos, apresenta-se como um alento, um lugar seguro, um espaço de acolhimento. Ela nos humaniza.

À Prof^a. Dr^a. **Girlene Marques Formiga** pelos ricos diálogos e reflexões realizadas ao longo da disciplina *Metodologia do Ensino de Literatura*, bem como nos encontros do PIBIC. Agradeço o olhar atento e necessário para com o lugar e o trabalho didático da literatura na formação docente e, principalmente, na sala de aula.

Aos **professores e professoras** que fazem e fizeram parte do curso de Letras – Português e que contribuíram verdadeiramente para a minha formação enquanto professor.

A **Jansen Almeida Diniz**, por ser sempre solícito para com as demandas de todos os alunos do curso. Em especial, agradeço pela disponibilidade e prontidão em sanar algumas dúvidas e pelo envio de documentos necessários para a realização deste estudo.

Às **professoras e professores** das Instituições de Ensino que permitiram a realização do meu estágio, recebendo-me tão bem em meio à escuridão que atravessava os nossos dias durante a pandemia.

À **Hellen Jacqueline**, amiga querida, por mostrar que os afetos podem ultrapassar a tela, a distância de um curso EAD, bem como a distância geográfica entre Esperança e Campina Grande, fazendo-se presente em meu dia a dia, em minha vida. Obrigado pela amizade construída ao longo da nossa caminhada no curso do IFPB, a qual dividimos angústias, conquistas, muitas fofocas e bastantes risadas.

À **Deborah Maria** pelo nosso reencontro no IFPB, no mundo das letras e das línguas. Pela estimada amizade iniciada em 2013, quando ainda éramos estudantes de Letras – Espanhol, que persiste até os dias atuais.

A **todos os colegas do curso de Letras** com quem dialoguei nos *fóruns*, nas aulas síncronas, nos encontros presenciais e até mesmo nos grupos do *WhatsApp*, tirando dúvidas ou nos ajudando.

Aos meus **amigos e amigas** da vida pela estimada amizade e apoio de sempre.

A **todos** que, direta ou indiretamente, ajudaram na finalização dessa caminhada.

“ninguém começa a ser educador numa certa terça-feira às quatro a tarde. Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática”. (FREIRE, 1991, p. 58).

RESUMO: O Estágio Supervisionado, seja ele de observação, seja de prática docente, apresenta-se como um momento fundamental na formação inicial dos futuros professores de línguas, neste caso especificamente os de língua portuguesa, pois é quando o licenciando está inserido na realidade que o espera e que atuará futuramente. No entanto, a vivência nesse contexto passou por mudanças e reconfigurações necessárias devido a pandemia instaurada pela COVID-19, de modo que pudesse dar prosseguimento às atividades educacionais sem que houvesse disseminação do vírus. Nesse sentido, esta pesquisa buscou responder o seguinte questionamento: *que configurações o Estágio Supervisionado na Licenciatura de Letras – Português, na modalidade à distância, do IFPB sofreu em virtude do contexto pandêmico?*. Para respondê-lo, delimitou-se como objetivo geral: analisar as (re) configurações do Estágio Supervisionado na Licenciatura de Letras – Português durante atividades de Ensino não Presenciais (AENPs) durante a pandemia. Em função deste, os objetivos específicos foram: a) caracterizar a realização do Estágio Supervisionado no curso de Letras – Português na modalidade EAD; b) identificar as (re) configurações dos estágios supervisionados realizados durante as AENPs; e c) Analisar os desafios e dificuldades encontrados durante a vivência nos estágios supervisionados. Teoricamente, considera as contribuições de teóricos e pesquisadores que refletem e evidenciam o Estágio Supervisionado enquanto contexto de formação docente e que discutem e conceituam acerca do Ensino Remoto Emergencial (ERE) e Educação a Distância (EAD), tais como Pimenta e Lima (2010), Freire (2011), Guimarães (2012), Hodges et all (2020), Moreira e Sclemmer (2020), entre outros. Metodologicamente, está situada no âmbito da Linguística Aplicada (MOITA LOPES, 2006, 2015), de abordagem qualitativa (OLIVEIRA, 2007; LUDKE, ANDRÉ, 1986) e de cunho autoetnográfico (ELLIS; ADAM, BOCHNER, 2011; ONO, 2018; MAGALHÃES, 2018). Os dados analisados revelaram a presença de reconfigurações institucionais a partir da publicação de Decretos e Resoluções à nível nacional e local, isto é, no âmbito do IFPB que orientaram o início das práticas de Estágio Supervisionado durante o período pandêmico, quando as escolas públicas realizavam o ERE. Identificou-se, também, reconfigurações pedagógicas realizadas nas disciplinas de Orientações de Estágio Supervisionado, pelos docentes, de modo que a dimensão teórico-prática fosse equivalente ao que estava proposto no PPC, bem como as diversas realidades apresentadas pelos discentes. Essas reconfigurações nas disciplinas de OES revelaram a confluência entre o “ideal” e o “real” existente durante as práticas de estágio supervisionado na formação dos futuros professores de português.

PALAVRAS-CHAVE: Estágio Supervisionado. Formação docente. Licenciatura em Letras Português. Ensino remoto.

ABSTRACT: The Supervised Internship, be it observation or teaching practice, presents itself as a fundamental moment in the initial training of future language teachers, in this case specifically the Portuguese language, because it is when the student is inserted in the reality that awaits him and that he will act in the future. However, the experience in this context went through changes and necessary reconfigurations due to the COVID-19 pandemic, so that educational activities could continue without the spread of the virus. In this sense, this research sought to answer the following question: *what configurations did the Supervised Internship of IFPB's Graduation course in Letters - Portuguese, in the distance learning modality, suffer due to the pandemic context?*. To answer that, the general objective was delimited: to analyze the (re) configurations of the Supervised Internship of the Graduation course in Letters - Portuguese during Non-Presential Teaching Activities (NPTAs) during the pandemic. In light of this, the specific objectives were: a) to characterize the performance of the Supervised Internship in the course of Letters – Portuguese in the distance learning modality; b) identify the (re)configurations of supervised internships carried out during the NPTAs; and c) Analyze the challenges and difficulties encountered during the experience in supervised internships. Theoretically, it considers the contributions of theorists and researchers who reflect and evidence the Supervised Internship as a context of teacher's training and who discuss and conceptualize about Emergency Remote Teaching (ERT) and Distance Education, such as Pimenta and Lima (2010), Freire (2011), Guimarães (2012), Hodges et al (2020), Moreira and Sclimmer (2020), among others. Methodologically, it is situated within the scope of Applied Linguistics (MOITA LOPES, 2006, 2015), with a qualitative approach (OLIVEIRA, 2007; LUDKE, ANDRÉ, 1986) and an autoethnographic approach (ELLIS; ADAM, BOCHNER, 2011; ONO, 2018; MAGALHÃES, 2018). The analyzed data revealed the presence of institutional reconfigurations from the publication of Decrees and Resolutions at national and local levels, that is, within the scope of the IFPB that guided the beginning of Supervised Internship practices during the pandemic period, when public schools carried out the ERT. It was also identified pedagogical reconfigurations carried out in the Supervised Internship Orientations disciplines, by the teachers, so that the theoretical-practical dimension was equivalent to what was proposed in the pedagogical course project, as well as the different realities presented by the students. These reconfigurations in the Supervised Internship Orientations disciplines revealed the confluence between the “ideal” and the “real” existing during supervised internship practices in the training of future Portuguese teachers.

KEYWORDS: Supervised Intership. Teaching Practice. Graduation in Portuguese Letters. Remote teaching.

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	10
2	TESSITURAS TEÓRICAS.....	13
2.1	Breve histórico acerca do estágio supervisionado no Brasil e suas bases legais...	13
2.2	Estágio Supervisionado enquanto contexto de formação docente.....	15
2.3	O cenário do Estágio Supervisionado no Curso de Letras – Português do IFPB.	21
2.4	O Ensino Remoto Emergencial: Breves considerações.....	27
3	CAMINHO METODOLÓGICO.....	30
4	DO PRESENCIAL AO VIRTUAL: (RE) CONFIGURAÇÕES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO IFPB.....	32
4.1	Reconfigurações institucionais e pedagógicas.....	33
4.2	Confluências entre o ideal e o real durante o estágio supervisionado remoto.....	44
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
	REFERÊNCIAS.....	53
	ANEXOS.....	60
	Anexo A.....	60

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O cenário educacional, social, cultural, político e econômico em nível mundial passou por drásticas mudanças no ano de 2020 com a pandemia do novo coronavírus – COVID 19. A COVID-19 é uma doença infecciosa respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, com alta transmissibilidade global¹ (BRASIL, 2021). Em 11 de março de 2022², a OMS declarou a COVID-19 como causadora de uma pandemia, provocando uma crise sanitária que afetou toda a sociedade.

Desse modo, a pandemia do novo coronavírus – COVID 19 mudou, e ainda tem mudando, a realidade de diversos países, inclusive a do Brasil, em que tivemos que realizar um isolamento social vertical e horizontal para conter o avanço da disseminação do vírus, conforme as recomendações da OMS. Assim, se fez necessário que todos nós realizássemos, de forma repentina, o distanciamento social, em que vários setores da nossa sociedade começaram a trabalhar e a funcionar desde suas casas, isto é, em modelo *Home Office*. Para além disso, se fez necessário o uso de máscaras, álcool em gel, quarentena e lockdown para evitar a transmissão do vírus.

Seguindo essa orientação, se fez necessário reorganizar e buscar alternativas para que as instituições de ensino, de todos os níveis da educação, também pudessem se adequar a essa “nova” realidade, que nos acompanha até os dias atuais, e continuassem o processo de ensino-aprendizagem. Dito isto, o Ministério da Educação (MEC) publicou no dia 18 de março de 2020 a portaria nº 343/MEC orientando que as aulas presenciais fossem substituídas por aulas mediadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) só enquanto durasse a pandemia da COVID-19.

Nesse sentido, as instituições de ensino, de nível básico, técnico e superior, em caráter emergencial, tiveram suas atividades presenciais suspensas e necessitaram (re)pensar as formas que realizariam a transição para as aulas on-line. Para tanto, adotou-se o Ensino Remoto Emergencial (ERE)³ como uma forma de evitar a disseminação e contaminação do coronavírus e continuar trabalhando os conteúdos escolares. Diante da

¹ De acordo com o Painel Coronavírus, site elaborado com o objetivo de ser veículo oficial de comunicação nacional acerca da situação da COVID-19 em nosso país, 33.142.158 casos confirmados, 31.451.590 casos recuperados e 674.779 casos de óbitos, segundo a última atualização realizada no dia 15 de julho de 2022.

² No Brasil, o primeiro caso da doença foi confirmado em 26 de fevereiro, em São Paulo, em um homem de 61 anos que havia dado entrada no Hospital Israelita Albert Einstein.

³ Verificou-se na literatura a utilização de outros termos para nomear as atividades curriculares on-line, tais como: Atividades de Ensino Não Presenciais (AENPs) e aulas remotas. No contexto em que esta pesquisa foi desenvolvida, o IFPB adotou o termo “Atividades de Ensino Não Presenciais (AENPs)”.

realidade presente, isto é, as aulas estavam acontecendo na forma de Ensino Remoto Emergencial e, posteriormente, no modelo híbrido⁴, as atividades obrigatórias de estágios supervisionados, nos cursos de licenciatura do nosso país, necessitaram, também, se adaptar à realidade em que as aulas da Educação Básica, lócus da prática docente, estavam acontecendo.

O Estágio Curricular Supervisionado, seja ele de observação e/ou de prática docente, corresponde a uma das exigências curriculares e, também, formativas dos cursos superiores de formação de professores, nas Licenciaturas. Este componente curricular apresenta-se como um momento fundamental na formação inicial dos licenciandos, futuros docentes, pois é quando estão inseridos na realidade que os espera e que atuarão futuramente. Outrossim, o Estágio Supervisionado contribui, também, na construção da sua identidade docente a partir de experiências reflexivas ao longo do processo de ensino-aprendizagem (PIMENTA; LIMA, 2010; PIMENTA, 2006).

De oferta obrigatória, o componente curricular Estágio Supervisionado é orientado pela Resolução do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP)1, de 18 de fevereiro de 2002 (BRASIL, 2002a) e a Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002 (BRASIL, 2002b) que apresentou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da educação básica nos cursos de Licenciatura, e normatizou a carga horária dos cursos de licenciaturas, respetivamente. Nesse sentido, a partir do disposto nas resoluções apresentadas acima, os estágios devem ser organizados e realizados a partir do início da segunda metade do curso, dispondo para a sua realização 400 horas-aulas de estágio curricular, com atividades que permitem “contato e experiência docente concreta, possibilitando uma articulação consistente entre teoria e prática” (FREIRE, 2011, p. 265).

A partir do apresentado, o curso de Letras – Português, na modalidade Educação a Distância (EAD), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), também necessitou (re) configurar as suas disciplinas de estágio supervisionado, cujas atividades no contexto escolar eram feitas presencialmente, que, devido a pandemia, passaram a ser realizadas remotamente. Assim, enquanto estudante de Letras – Português, matriculado no Componente Curricular *Orientação de Estágio Supervisionado I*, prestes a iniciar a minha vivência na escola, enquanto estagiário, experimentei de perto, “da noite para o dia”, “do presencial para o virtual”, as mudanças e as reconfigurações sofridas pelo estágio

⁴ Essa modalidade foi adotada no ano de 2021 quando iniciou o processo de vacinação em nosso país.

supervisionado durante a pandemia. Em decorrência desse cenário, este estudo busca responder o seguinte questionamento: *que configurações o Estágio Supervisionado na Licenciatura de Letras – Português, na modalidade à distância, do IFPB sofreu em virtude do contexto pandêmico?*.

Para tanto, tenho como objetivo geral: Analisar as (re) configurações do Estágio Supervisionado na Licenciatura de Letras – Português durante atividades de Ensino não Presenciais (AENPs) durante a pandemia. E como objetivos específicos: a) Caracterizar a realização do Estágio Supervisionado no curso de Letras – Português na modalidade EAD; b) Identificar as (re) configurações dos estágios supervisionados realizados durante as AENPs; e c) Analisar os desafios e dificuldades encontrados durante a vivência nos estágios supervisionados.

Metodologicamente, este estudo está inserido no campo da Linguística Aplicada, doravante LA, dado o seu caráter (in)disciplinar, mestiço e nômade (MOITA LOPES, 2006, 2015). Além disso, caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa (OLIVEIRA, 2007; LUDKE, ANDRÉ, 1986) e de cunho autoetnográfico (ELLIS; ADAM, BOCHNER, 2011; ONO, 2018; MAGALHÃES, 2018). Em vista disso, adotei a escrita deste texto desde uma perspectiva autoetnográfica, em que a minha posição enquanto licenciando e pesquisador fosse apresentada diante do objeto investigado, excluindo, conseqüentemente, o distanciamento presente, tradicionalmente, nas pesquisas científicas. Além disso, não se trata apenas de descrever e analisar a vivência de outros licenciandos que realizaram suas práticas de estágio supervisionado durante a pandemia, e, sim, um relato autobiográfico, vivenciado por mim.

Ademais destas Considerações iniciais, na qual apresento e reflito a temática abordada, o problema investigado e os objetivos (geral e específicos), este artigo está dividido em três seções. Na primeira seção, *Tessituras teóricas*, dividi as considerações em quatro subseções, a saber: i) Breve histórico acerca do estágio supervisionado no Brasil e suas bases legais; ii) Estágio Supervisionado enquanto contexto de formação docente; iii) O Cenário do Estágio Supervisionado no Curso de Letras – Português do IFPB; e iv) Ensino Remoto Emergencial: Breves considerações. Na segunda seção, intitulada *Caminho Metodológico*, discorro acerca das perspectivas metodológicas escolhidas para a realização do presente estudo.

Em “*Do presencial ao virtual: (re) configurações do estágio supervisionado no IFPB*”, terceira seção, apresento através da minha vivência as reconfigurações realizadas no âmbito do estágio supervisionado no IFPB. Por fim, na última seção, “*Considerações*

finais” exponho as reflexões finais acerca do estudo realizado até o presente momento.

Assim, acredito ser fundamental investigar as (re) configurações realizadas nos componentes curriculares de Estágio Supervisionado ofertados no curso de Letras - Português EAD durante a pandemia do COVID-19. Outrossim, o presente estudo possibilitará documentar as mudanças institucionais e pedagógicas realizadas em virtude do período excepcional vivenciado por todos nós.

2 TESSITURAS TEÓRICAS

2.1 Breve histórico acerca do estágio supervisionado no Brasil e suas bases legais

São diversos os estudiosos, tais como Carvalho (2012), Piconez (2012), Pimenta e Lima (2006; 2010), Freire (2011) que evidenciam a relevância do Estágio Curricular Supervisionado na formação dos futuros professores, destacando a necessidade da realização do componente curricular ao longo dos cursos de Licenciatura de forma crítica, reflexiva e responsiva. Nesse sentido, para que possamos discutir e refletir acerca da relevância do estágio supervisionado na formação inicial dos futuros professores, de forma específica para os de língua portuguesa, apresento um breve histórico a respeito do estágio, evidenciando as mudanças sofridas ao longo dos anos em seu aspecto técnico e pedagógico.

De acordo com Moraes e Barguil (2020), o entendimento de Estágio Curricular Supervisionado no Brasil se deu a partir da Lei Orgânica do Ensino Normal, promulgada em 1946. A partir do Decreto-Lei nº 8.530 (BRASIL, 1946), foi criada a disciplina de Prática de Ensino destinada para que os professores realizassem a parte “prática” da docência, isto é, o ensino. Assim posto, com a consolidação da Lei Orgânica, tivemos a presença de um curso em níveis diferentes que voltava a sua atenção para públicos diferentes com uma composição curricular formativa também diferente.

O primeiro ciclo “Escolas Normais Regionais”, conforme apresentam Martins e Curi (2019), era destinado para formar professores para o ensino primário, com duração de 4 anos. Nesse primeiro ciclo estudava-se disciplinas específicas para a formação docente e na quarta série desse primeiro ciclo estudava-se as disciplinas de “Psicologia e Pedagogia” e “Didática e Prática de Ensino”. Já o segundo ciclo, com duração de 3 anos, presente nas Escolas Normais, apresentava uma grade curricular muito mais específica, em que se estudava: “História e Filosofia da Educação, Biologia Educacional, Psicologia

Educacional, Metodologia do Ensino Primário e Sociologia Educacional. A disciplina ‘Práticas de Ensino’ era integrada na 3ª série do ciclo.” (MARTINS; CURI, 2019, p. 690).

Não obstante, segundo Pimenta (2013), por volta dos anos 60, verificou-se que as práticas escolares realizadas estavam cada vez mais distantes da realidade escolar, havia um distanciamento entre a escola normal e a escola prismática, pois não havia distinção de contextos, de perfis de alunos, suas necessidades, dentre outros aspectos relevantes que devem ser levados em consideração na formação teórico-prática dos docentes. Esse momento foi caracterizado pela observação e reprodução de “bons modelos”, escolas em que estavam matriculados os alunos de classe social dominante, os que apresentavam “os requisitos considerados adequados à aprendizagem” (PIMENTA, 2013, p. 60), ou seja, não estavam, evidentemente, de acordo com a realidade plural do nosso país.

Os estágios se tornaram práticas burocráticas, apresentando realidades diferentes do que era visto na teoria, perspectiva essa que contribuiu para a crença de que “‘na prática a teoria é outra’. Em outras palavras, a ‘teoria’ era desnecessária uma vez que não preparava para o enfrentamento da problemática posta pela realidade do ensino primário” (PIMENTA, 2013, p. 60). Dessa maneira, esse cenário começou a ser corrigido/mudado a partir dos anos 80 com as diretrizes curriculares para a formação de professores da Educação básica, de modo que fosse possível corrigir problemas, como a organização do tempo das práticas escolas que eram curtas, realizadas apenas ao final do curso, sem estabelecer, por exemplo, nenhuma relação com a proposta curricular formativa dos futuros professores.

Para além dessas questões formativas, se faz necessário pontuar que a história do estágio supervisionado no Brasil acompanha as mudanças ocorridas na legislação educacional em detrimento do cenário político, econômico e social. Dito isso, a prática de estágio supervisionado nos cursos de licenciatura, um dos requisitos para a conclusão do curso, é estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96, nos Pareceres do CNE/CP nº 1 de 18 de fevereiro de 2002 e CNE/CP nº 2 de 19 de fevereiro de 2002. Nesse sentido, a CNE/CP nº 1 de 18 de fevereiro de 2002 instituiu Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica dos cursos de Licenciatura. O documento traz princípios, fundamentos e procedimentos que devem ser levados em consideração no momento de planejar a formação de futuros professores que atuarão em diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, nas instituições de ensino.

Já a CNE/CP nº 2 de 19 de fevereiro de 2002 apresenta a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura de formação de professores, conforme podemos observar a seguir:

Art. 1º A carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 2800 (duas mil e oitocentas) horas, nas quais a articulação teoria-prática garantida, nos termos dos seus projetos pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns:

I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso;

II - 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso;

III - 1800 (mil e oitocentas) horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico cultural;

IV - 200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais. (BRASIL, 2002b, p. 9).

Diante do apresentado anteriormente, verificamos que dentre a carga horária mínima dos cursos de licenciatura em nosso país, 400 horas são destinadas para a realização do Estágio Curricular Supervisionado, seja ele de observação ou de prática docente, de caráter obrigatório, a partir da segunda metade do curso. No entanto, a resolução pontua que os licenciandos que já atuam na educação básica como professores poderão reduzir até o máximo de 200 horas da carga horária do estágio curricular supervisionado (BRASIL, 2002b).

Nesse sentido, compreendemos o Estágio Supervisionado para além de uma atividade obrigatória na trajetória acadêmica do futuro professor, como um contexto de formação docente, de reflexão ao possibilitar o contato com o fazer docente, da articulação entre a teoria e a prática, “um espaço de convergência das experiências pedagógicas vivenciadas no decorrer do curso e, principalmente, se uma contingência de aprendizagem da profissão docente, mediada pelas relações sociais historicamente situadas” (PIMENTA; LIMA, 2010, p. 102).

2.2 Estágio Supervisionado enquanto contexto de formação docente

O Estágio Curricular Supervisionado ao longo da história nos cursos formativos, conforme refletem Pimenta e Lima (2010), foi compreendido em determinados momentos como a parte prática em contraposição à teórica, ou seja, o momento em que os futuros

professores vão à escola colocar em “prática” todo o conhecimento aprendido ao longo das disciplinas. Desse modo, passou-se a difundir a falsa crença de que “na prática a teoria é outra”, compartilhando a ideia de que todos os saberes que foram construídos ao longo do curso antes dos estágios não estão em consonância com o campo de atuação. Assim, essa dicotomia, teoria x prática, resulta em um empobrecimento dos estágios supervisionados realizados pelos licenciandos nas escolas, fazendo-se necessário evidenciar que essa atividade curricular e formativa é a articulação entre a prática e a teoria, e não teoria ou prática (PIMENTA; LIMA, 2010).

De acordo com Pimenta e Lima (2010), o Estágio Curricular Supervisionado foi e ainda é compreendido a partir de diferentes perspectivas, acarretando, conseqüentemente, em diferentes concepções, conforme visualizamos abaixo:

Figura 1: Concepções de Estágio Supervisionado



Fonte: Pimenta e Lima (2010).

Nesse sentido, a primeira concepção apresentada, *Estágio como imitação de modelos*, entende que qualquer atividade profissional seja prática e que, conseqüentemente, se faz necessário aprendê-la. Assim, a atividade do docente também é prática, o que leva a sua aprendizagem ser a partir da observação, reprodução e imitação. Em vista disso, aqui os futuros professores aprendem observando a prática docente do professor titular da escola, reduzindo o estágio a imitação de modelos sem realizar, por exemplo, uma reflexão crítica fundamentada a respeito da realidade em que ele está inserido.

A segunda concepção, *Estágio como instrumentalização técnica*, parte do entendimento de que “o exercício de qualquer profissão é técnico, no sentido de que é necessária a utilização de técnicas para executar as operações e ações próprias”. (PIMENTA; LIMA, 2010, p. 37). Desse modo, ao direcionar essa visão para o contexto das licenciaturas, o estágio é visto como o momento da prática, do “como fazer”, de lançar mão de técnicas para realizar o trabalho docente. No entanto, a crítica realizada aqui é que essa atividade é feita sem um embasamento teórico e pedagógico, considerando a existência de técnicas generalizadas que poderiam ser aplicadas em qualquer contexto,

sem considerar as “diversas e diferentes situações em que o ensino ocorre” (PIMENTA; LIMA, 2010, p. 38-39).

De acordo com Pimenta e Lima (2010), a concepção *Estágio como a aproximação da realidade e atividade teórica*, ocorreu a partir da compreensão da relação existente entre a teoria e a prática. Desse modo, o estágio nessa visão tem por finalidade proporcionar aos licenciandos uma aproximação à realidade na qual eles atuarão, afastando-se, por exemplo, da crença de que esse seria o momento prático do curso, e aproximando-se de uma reflexão a partir da realidade em que estão inseridos. Ainda segundo as estudiosas, o Estágio Curricular Supervisionado, nessa concepção é uma “atividade teórica de conhecimento, fundamentação, diálogo e intervenção na realidade, esta, sim objeto da práxis. Ou seja, é no contexto da sala de aula, da escola, do sistema de ensino e da sociedade que a práxis se dá” (PIMENTA; LIMA, 2010, p. 45). Essa concepção de estágio, em meu entendimento, está em consonância com o que acredito ao longo das reflexões tecidas aqui.

E, por último, temos a concepção do *Estágio como contexto de pesquisa*. Segundo Pimenta e Lima (2010, p. 46), entender o estágio desde essa perspectiva é compreendê-lo como “uma estratégia, um método, uma possibilidade de formação do estagiário como futuro professor”. Ela pode ser também uma possibilidade de formação e desenvolvimento dos professores da escola na relação com os estágios.”. Nesse sentido, visualiza-se o estágio como pesquisa e a pesquisa no estágio como uma oportunidade para problematizar a realidade na qual se encontram, estagiário e professor formador, uma prática que é contextualizada historicamente.

Assim, a partir dessa perspectiva, o Estágio Supervisionado deixa de ser entendido apenas como um dos componentes curriculares que os licenciandos necessitarão cursar ao longo de sua trajetória acadêmica, passando a “integrar o corpo de conhecimentos do curso de formação de professores” (PIMENTA; LIMA, 2010, p. 55). No entanto, visualiza-se que nem todos os futuros docentes entendem desse modo, cabendo aos professores formadores a tarefa de evidenciar para os licenciandos a relevância do estágio supervisionado, compreendendo-o como um campo de conhecimento, necessário aos processos formativos enquanto futuros professores. Concordando com esse entendimento, acrescento que o estágio é um momento singular na vida dos alunos ao oportunizar a vivência no seu futuro campo de atuação, permitindo-os conhecer, analisar e refletir criticamente esse contexto, o que contribuirá, também, na construção da identidade docente de cada professor em formação inicial.

Nesse sentido, corroboramos as reflexões trazidas por Pimenta e Lima (2010) ao pontuar que o estágio supervisionado pode atuar, para aqueles que ainda não tiveram a experiência de sala de aula, como “um espaço de convergência pedagógicas vivenciadas no decorrer do curso e, principalmente, ser uma contingência de aprendizagem da profissão docente, mediada pelas relações sociais historicamente situadas” (PIMENTA; LIMA, 2010, p. 102).

As reflexões realizadas até o presente momento, a partir de Pimenta e Lima (2010), vão ao encontro das perspectivas apresentadas por Freire (2011) ao pontuar que o estágio supervisionado se apresenta como um espaço significativo de

[...] vivências e construção de conhecimentos que viabiliza o desenvolvimento didático-pedagógico e o amadurecimento do pensamento crítico-reflexivo”, tão necessários ao exercício da profissão e à manutenção de uma postura comumente questionadora e transformadora. (FREIRE, 2011, p. 265).

Nesse sentido, o estágio atua como contexto de formação docente quando o licenciando, futuro professor, consegue apresentar uma postura reflexiva. Schon (1992), segundo Pimenta e Lima (2010), afirma que a formação dos professores deve dar-se a partir de uma epistemologia da prática, isto é, a prática docente enquanto momento de aprendizagem, uma “valorização da prática profissional como momento de construção de conhecimento por meio de reflexão, análise e problematização dessa prática” (PIMENTA; LIMA, 2010, p. 48).

Guimarães (2012), ao refletir a respeito do Estágio Supervisionado nas Licenciaturas em Letras, o compreende como o momento em que o futuro professor terá experiências docentes no cotidiano escolar, participando, conseqüentemente, das atividades pertencentes ao ambiente, com o apoio e supervisão de profissionais já habilitados. Outrossim, a pesquisadora pontua que esse momento conforme apresentado anteriormente é de formação docente pois faz com que o licenciando, ao estar em contexto de estágio supervisionado, reflita a respeito dos processos de sistematização e didatização dos saberes que foram construídos nas mais diversas áreas do conhecimento ao longo de sua formação, sendo ele “capaz de refletir sobre as situações de aprendizagem vivenciadas nas escolas estagiadas, a fim de construir e fortalecer sua identidade profissional que deve ser formada de modo a aliar o ensino de línguas e de suas literaturas sem supremacia de uma sobre a outra” (GUIMARÃES, 2012, p. 282).

Nessa linha de pensamento, apresentamos as considerações de Libâneo (1999, p. 32 *apud* REINALDO; PRIVADO, 2021, p. 35051) de modo a corroborar as ideias tecidas aqui até o presente momento a respeito do estágio supervisionado, defendendo-o

[...] como ponto de convergência, levando o estagiário a se preparar para enfrentar o mundo do trabalho, além de contribuir para a formação de sua consciência histórica que deverá ter como princípio articulador a práxis pedagógica, movimento dialógico entre o conhecimento que se converte em ação transformadora e a conversão da ação em conhecimento.

Assim, é comum entre os estudiosos que o Estágio Curricular Supervisionado se apresenta como um lócus de formação docente, contribuindo na formação de professores reflexivos/pesquisadores, ultrapassando a ideia de ser apenas um momento de prática.

Não obstante, Pimenta e Lima (2010) refletem que, além de ser um campo de conhecimento e por excelência de formação docente, o estágio supervisionado proporciona a construção e fortalecimento da identidade profissional. Isso ocorre, pois a nossa identidade enquanto professores é formada/construída ao longo de nossa trajetória. Assim, corroborando Moreira (2020, p. 380), o estágio é justamente o momento em que “o estudante pode descobrir-se, identificar-se com a profissão docente, e essa identificação precede a constituição de uma identidade profissional”. Ademais, é “no exercício do olhar sobre as práticas de professores regentes e no exercício docente em estágios que se abrem espaços para constituição da identidade profissional”. (MOREIRA, 2020, p. 381).

Os cursos de licenciatura seguem uma linearidade na oferta das atividades curriculares de Estágio Supervisionado, de modo que contribua na formação e construção da identidade docente. Desse modo, os licenciandos realizam estágios de observação e estágio de regências, termos utilizados comumente na literatura acerca da temática aqui estudada. No entanto, chamarei a etapa de observação de vivência, por acreditar que o licenciando quando adentra a sala de aula passa não apenas a observar, mas também a vivenciar todos os acontecimentos que perpassam o contexto escolar, e a de regência como prática docente.

No tocante aos cursos de Licenciatura em Letras, de forma específica Letras – Português, essa linearidade tem sido comumente seguida, fazendo com que os alunos realizem seus estágios no contexto da Educação Básica, no Ensino Fundamental – Anos Finais e no Ensino Médio.

O estágio de vivência consiste em ser o primeiro estágio curricular que os licenciandos deverão realizar, considerando o que está disposto nos Projetos Políticos de Curso (PPC), e é, geralmente, o primeiro contato dos discentes com o ambiente escolar na figura de futuro professor. Nesse sentido, comungamos das reflexões e considerações realizadas por Almeida (2021, p. 57) ao pontuar que o estágio de “observação”, aqui nomeado de vivência, não é apenas um período para “assistir aulas”, “mas de refletir criticamente sobre todo o contexto escolar, buscando, a partir desse momento diagnóstico, prever objetivos para o planejamento a ser executado na regência”.

Para além dessas questões, acrescento que esse é um momento fundamental para que os discentes vivenciem os movimentos didáticos realizados pelo professor da disciplina que estão acompanhando, bem como passem a vivenciar e experienciar a rotina escolar de diretores, coordenadores pedagógicos, professores e alunos. Isto é, o estágio de vivência se apresenta como uma oportunidade singular de questionamento e investigação.

A aproximação do aluno estagiário com o professor da escola não é apenas para verificar a aula e o modo de conduzir a classe. É também para pesquisar a pessoa do professor e suas raízes, seu ingresso na profissão, sua inserção no coletivo docente, como conquistou seus espaços e como vem construindo sua identidade profissional ao longo dos anos. (PIMENTA; LIMA, 2010, p. 112).

Esse é de fato o momento de “acompanhamento do espaço escolar, dos atores que atuam na escola e dos processos ali vivenciados” (GUIMARÃES, 2012, p. 275). No contexto em que essa pesquisa é realizada, esse momento de vivenciar é realizado duas vezes, na disciplina de língua portuguesa no Ensino Fundamental – Anos Finais e no Ensino Médio⁵.

A etapa do estágio curricular de regência, chamada a partir de agora de prática docente, apresenta-se como um dos momentos mais esperados e cheio de incógnitas para os licenciandos. Nesta etapa, os futuros professores, com a orientação do professor formador, o da Universidade, e do professor supervisor, o da Escola, desenvolverão sua prática docente, a docência propriamente dita, ou seja, “prática de sala de aula, correção de materiais, preparação de exercícios, aplicação e correção, devolução e comentários para os alunos” (GUIMARÃES, 2012, p. 275).

⁵Na próxima seção abordaremos de forma mais aprofundada os Estágios Curriculares Supervisionados realizados no curso de Letras – Português do IFPB.

Assim, visualizamos que esse é o momento em que surgem diversos questionamentos, tais como: como vou ensinar esse conteúdo? De que forma vou utilizar a teoria estudada durante o curso? Estou bem preparado? O que fazer para ficar bem preparado? Como vou conseguir administrar o tempo disposto, bem como a turma?. Para que questionamentos como estes sejam pensados segundo as especificidades do contexto o qual o licenciando vai atuar, faz-se necessário que se estabeleça um “diálogo construtivo-reflexivo entre estagiário, professor orientador e professor supervisor.” (ALMEIDA, 2021, p. 57).

Em vista disso, compreendemos a necessidade do diálogo permanente entre a Instituição de Ensino Superior e a Escola, representados nesse momento na figura do professor formador, diretores, coordenadores pedagógicos, professor supervisor e o estagiário.

2.3 O Cenário do Estágio Supervisionado no Curso de Letras – Português do IFPB

O período de estágio supervisionado, seja ele de observação e/ou de prática docente, conforme discutido anteriormente, apresenta-se como uma etapa importante dentro da formação inicial de professores, em nosso caso, os de língua portuguesa, pois é o momento em que o licenciando está inserido no contexto da educação básica, realidade na qual atuará.

O Curso de Licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa, ofertado na modalidade Educação a Distância, do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), tem duração mínima de 4 anos e máxima de 6 anos, com carga horária de 3240 horas distribuídas em: i) Disciplinas Obrigatórias (2415h); ii) Disciplinas de TCC (105h); iii) Disciplinas de Seminários (120h); (iv) Atividades Complementares (200h); e v) Estágio (400h). (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO – IFPB, 2017).

Nesse sentido, verificamos que os licenciandos em Letras – Português dispõe de 400 horas para a realização das atividades do Estágio Curricular Supervisionado, regulamentado pela Resolução N° 14, de 30 de maio de 2017 que regulariza os Estágios Supervisionados dos cursos de Licenciatura do IFPB (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, 2017b). Segundo o documento, no seu artigo segundo, o estágio é compreendido como um “ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa a preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em

instituições de educação superior.”

Ainda segundo a resolução, a atividade no estágio é de caráter obrigatório nos cursos de Licenciatura, devendo ser acompanhada pelo professor da escola e pelo professor formador da disciplina que deve ser habilitado na área específica do estágio. Além do mais, as práticas devem ser realizadas presencialmente e, exclusivamente, em Instituições de Ensino Públicas.

O estágio no âmbito do IFPB, nos cursos de licenciatura, é realizado em consonância com os documentos orientativos de nível nacional, a saber: artigo 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96, incluído pela Lei nº. 12.014/09, Lei nº 11.788/2008, Resolução CNE/CP 2/2002, a Resolução CNE/CEB nº 1/2004 e Resolução CNE/CP nº 2/2015, dentre outras atualizações que surgirem, apresenta os seguintes objetivos:

- I. Propiciar o exercício da prática pedagógica, capacitando o discente a exercer sua profissão através da aplicação de técnicas e recursos específicos em situação de estágio supervisionado junto às instituições públicas concedentes que integram os campos de estágio;
- II. Possibilitar, ao discente das licenciaturas do IFPB, a reflexão sobre a prática docente e a sua articulação indissolúvel com a teoria;
- III. Enfatizar o caráter social, cultural e atitudinal da profissão através do contato discente com o ambiente de trabalho e do desenvolvimento de atividades próprias do itinerário formativo do educando;
- IV. Incentivar o estagiário a buscar sua autonomia, o comportamento ético e a lidar com a diversidade no contexto educacional;
- V. Auxiliar o discente no aprimoramento das habilidades de relacionamentos interpessoais, a fim de prepará-lo para a boa convivência em grupo;
- VI. Promover a integração do IFPB com a sociedade;
- VII. Reiterar a importância de socializar as vivências dos discentes e refletir, em sala de aula, sobre a área de atuação enquanto profissional da educação;
- VIII. Estimular o desenvolvimento da criatividade, formando profissionais inovadores e capazes de aprimorar modelos, processos metodológicos, científicos e práticos. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, 2017b, p. 3).

Conforme apresentado anteriormente, visualizamos que os objetivos dispostos vão ao encontro das reflexões e posicionamentos realizados até o presente momento, principalmente no que diz respeito a possibilitar que os futuros professores reflitam acerca da prática docente e a indissociabilidade existente entre a teoria e a prática (PIMENTA; LIMA, 2010; PIMENTA, 2013).

Assim posto, o Estágio Curricular Supervisionado no curso de Letras – Português

é ofertado a partir do quinto período e é finalizado no oitavo período, seguindo o fluxograma do curso (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, 2017a). No entanto, conforme dispõe o PPC, o licenciando é levado a vivenciar a sala de aula desde o segundo período letivo, a partir do componente curricular Seminários de Pesquisa Interdisciplinar.

O aluno, no entanto, será conduzido a essas vivências em sala de aula desde o segundo período, através, principalmente, dos Seminários Interdisciplinares, que constituirão momentos presenciais nos quais o aluno deverá apresentar os resultados obtidos em atividades práticas desenvolvidas nas escolas e embasadas teoricamente nas disciplinas cursadas durante o período. Para a realização da interdisciplinaridade, essas atividades deverão envolver conteúdos curriculares de pelo menos duas disciplinas. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, 2017a, p. 99).

Desse modo, como forma de cumprir o que dispõe na Resolução CNE/CP 2/2002, o componente do Estágio Curricular Supervisionado no curso de Letras – Português é ofertado ao longo de 4 disciplinas, totalizando 400 horas, conforme apresenta o Quadro 2:

Quadro 2: Organização do Estágio Supervisionado⁶

DISCIPLINA	PERÍODO LETIVO	TIPO DE ESTÁGIO / NÍVEL DE ENSINO	CARGA HORÁRIA
Orientação de Estágio Supervisionado I (OES I)	5º Período	Vivência – Ensino Fundamental II	60 horas/aula
Orientação de Estágio Supervisionado II (OES II)	6º Período	Prática docente – Ensino Fundamental II	120 horas/aula
Orientação de Estágio Supervisionado III (OES III)	7º Período	Vivência – Ensino Médio	120 horas/aula
Orientação de Estágio Supervisionado IV (OES IV)	8º Período	Prática docente – Ensino Médio	100 horas/aula

Fonte: Elaborado pelo pesquisador a partir do PPC.

Visualizamos, a partir do quadro 2, como está organizada a oferta da disciplina de Estágio Supervisionado no curso de Letras – Português do IFPB, nomeada de, conforme

⁶ Faz-se necessário ressaltar que as práticas de estágio supervisionado realizadas pelos discentes no curso de Letras – Português no IFPB, ofertada na modalidade à distância, são realizadas no contexto presencial e estruturadas conforme descritas e apresentadas nesta seção.

disposto no PPC, Orientação de Estágio Supervisionado, de caráter teórica e prática, com carga horária específica para cada disciplina. Para que os licenciandos possam efetuar a matrícula na disciplina de estágio e realizar todas as etapas, eles deverão ter sido aprovados, primeiramente, no componente curricular “Didática”, ofertado no 4º semestre do curso. Posteriormente, as demais etapas do estágio exigirão a aprovação em Orientação de Estágio Supervisionado 1 e assim sucessivamente para as demais etapas.

O componente curricular *Orientação de Estágio Supervisionado I*, alocado no 5º período do curso de Letras-Português, tem como ementa de curso fornecer “Subsídios para a formação e ação do estagiário na prática pedagógica. Normas e determinações legais do estágio supervisionado. Projeto e relatório de estágio. Problematização e desenvolvimento crítico frente aos problemas educacionais.” (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, 2017a, p. 80). Nesse primeiro momento, os licenciandos são convidados a compreender e a refletir a respeito da importância do Estágio Supervisionado na sua formação docente, oportunizando, posteriormente, a vivência do contexto escolar e do processo de ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental II. Para isso, de acordo com o Plano da Disciplina⁷, os objetivos específicos são:

Analisar os aspectos teóricos e metodológicos que subsidiam a prática do estágio supervisionado; Construir uma postura ética e responsável diante dos desafios do contexto de sala de aula; Compreender a relação entre teoria e prática para a ação pedagógica do estagiário em Letras; Conhecer as normas e determinações legais que orientam a prática do estágio supervisionado; Refletir sobre as normas e determinações legais que orientam a prática do estágio supervisionado; Realizar atividade de estágio supervisionado no Ensino Fundamental II. (PLANO DE DISCIPLINA, 2020, p. 1).

Por se tratar de um curso ofertado na modalidade a distância, nos parece fundamental apresentar e caracterizar, também, de que forma a disciplina e a prática do estágio supervisionado acontece no curso de Letras – Português do IFPB. Assim, os discentes deverão realizar ao longo do período letivo:

30 horas de observação em sala de aula do Ensino Fundamental II, obrigatoriamente em escola da rede pública de ensino; 20 horas de participação em encontros (planejamento, visita às dependências da

⁷ O Curso de Letras – Português do IFPB, modalidade a distância, disponibiliza, de forma pública, no site da instituição, especificamente na página do curso, os planos das disciplinas da grade curricular ofertados semestralmente. Os planos de disciplina podem ser conferidos no seguinte link: <https://estudante.ifpb.edu.br/cursos/43/>.

escola, eventos culturais, mostras científicas etc) realizados durante sua permanência na escola; 20 horas de encontro na plataforma com o professor orientador do estágio do IFPB; 30 horas para a construção do memorial. (PLANO DE DISCIPLINA, 2020, p. 3).

As aulas formativas da disciplina Orientação de Estágio Supervisionado I, e das demais, acontecem sempre de forma *on-line*, através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) *Moodle*, e as atividades do estágio supervisionado são realizadas presencialmente nas escolas públicas das cidades dos polos EaD do curso, a saber: João Pessoa, Campina Grande, Picuí e Sousa. Visualizamos que os licenciandos, ademais de vivenciarem o contexto da sala de aula de língua portuguesa e suas literaturas no Ensino Fundamental II, também necessitam vivenciar, seguindo uma determinada carga horária, outras atividades inerentes do contexto escolar. Por fim, ao final da disciplina, é necessário produzir um memorial o qual registrará de forma reflexiva e analítica esse momento formativo.

Em *Orientação de Estágio Supervisionado II*, ofertado no 6º período, os discentes têm como uma das principais atividades a prática docente no Ensino Fundamental II, iniciada anteriormente em Orientação de Estágio Supervisionado I. A ementa do componente curricular prevê

Subsídios teórico-metodológicos para atuação do estagiário no Ensino Fundamental II, no âmbito da observação e do planejamento pedagógico. Problematização e desenvolvimento crítico frente aos problemas educacionais que envolvem as aulas de língua portuguesa e de literatura. (PLANO DE CURSO, 2020, p. 1).

Dentre os objetivos propostos para a disciplina, encontramos:

Estudar os conteúdos sugeridos nos documentos oficiais para o Ensino Fundamental II • Discutir estratégias teórico metodológicas de ensino na áreas de literatura e língua • Adequar o plano de atuação à realidade da escola campo de estágio • Elaborar os planos de aula para a execução do estágio supervisionado no Ensino Fundamental II; • Ministrando 30 horas/aula para uma turma de Ensino Fundamental II na escola campo • Registrar sua prática de regência por meio da construção de um memorial. (PLANO DE CURSO, 2020, p. 1).

Assim, nessa segunda etapa do estágio, os discentes terão a oportunidade de iniciar a prática docente propriamente dita, atuando como professores de língua portuguesa e literatura no Ensino Fundamental II, ministrando 30 horas/aula. Para tanto, necessitam realizar o planejamento pedagógico em comum acordo com o professor

supervisor da escola, sob a orientação, também, do professor formador do componente curricular. Ao final, conforme já mencionado, devem produzir um memorial, registrando seu estágio de prática docente.

O componente curricular *Orientação de Estágio Supervisionado III*, por sua vez, possibilita aos discentes matriculados no sétimo período a vivência no Ensino Médio. Nesse momento, os licenciandos realizam o estágio de planejamento pedagógico no Ensino Médio, a partir da experiência no contexto escolar, como bem apresenta a ementa da disciplina.

Subsídios teórico-metodológicos para atuação do estagiário no Ensino Médio, no âmbito do planejamento pedagógico e da prática em sala de aula. Com vistas à problematização do contexto escolar e da sociedade e reflexão crítica frente aos problemas educacionais que envolvem as aulas de língua portuguesa e de literatura e o contexto da sala de aula. (PLANO DE CURSO, 2021, p. 1).

Dentre os objetivos propostos, ao longo do componente curricular os licenciandos em Letras – Português devem:

Geral: Realizar o estágio de planejamento pedagógico no Ensino Médio, no âmbito da observação.
Específicos: Estudar os conteúdos sugeridos nos documentos oficiais para o Ensino Médio; Discutir estratégias teórico-metodológicas de ensino na áreas de literatura e língua para jovens; Analisar aspectos do processo educacional a partir da observação; Realizar 30 horas de estágio de observação em uma escola de Ensino Médio. (PLANO DE CURSO, 2021, p. 1).

Nesse sentido, visualizamos que nesse momento o foco das discussões teórico-metodológicas está voltado para o contexto do Ensino Médio, de modo que proporcione aos futuros professores de português reflexões a respeito do planejamento pedagógico, dos documentos oficiais que orientaram o ensino de língua e literatura, tais como Orientação Curriculares Nacionais (OCN), Lei de Diretrizes e Bases (LDB), PPC, dentre outros.

E, por fim, em *Orientação de Estágio Supervisionado IV*, ofertado no último período do curso, oportuniza aos futuros professores a prática docente em turmas do Ensino Médio.

Subsídios teórico-metodológicos para atuação do estagiário no Ensino Médio, no âmbito da observação, da prática em sala de aula e do planejamento pedagógico. Problematização e desenvolvimento crítico

frente aos problemas educacionais que envolvem as aulas de língua portuguesa e de literatura no Ensino Médio. Elaboração do Memorial de Estágio Supervisionado. (PLANO DE CURSO, 2021, p. 1).

Em OES IV, a partir da ementa da disciplina apresentada acima, os discentes realizam o planejamento pedagógico para efetivar a sua atuação enquanto professor nas aulas de língua portuguesa e literatura. No entanto, antes de efetuarem o estágio de prática docente, segundo os objetos propostos, os licenciandos necessitam vivenciar 30 horas de acompanhamento da turma, como um momento de ambientar-se com a sala de aula, bem como os movimentos didático-pedagógicos realizados pelo professor supervisor ao longo de sua prática docente. Somente após esse acompanhamento inicial, os licenciandos ministram suas aulas.

As atividades do estágio supervisionado são realizadas presencialmente, conforme dito anteriormente, a partir das orientações dos professores formadores do IFPB, bem como do professor supervisor da escola. As práticas são feitas individualmente, com a produção de um memorial ao final de cada estágio.

Assim, conforme exposto nas considerações acima, bem como disposto no PPC e nos Planos das Disciplinas, todos os licenciandos do curso vivenciarão, seja através da observação, conforme está presente nos documentos, seja através da regência, o contexto da sala de aula de língua portuguesa e suas literaturas. Esse momento, segundo o PPC, apresenta-se como um momento relevante pois, ademais de ser um componente curricular obrigatório dos cursos de licenciaturas, ele coloca “o estagiário diretamente em sala de aula no exercício de atividades de ensino real, extrapolando, portanto, a mera simulação”. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, 2017a, p. 101).

2.4 Ensino Remoto Emergencial: Breves considerações

Devido à pandemia de COVID-19 e ao isolamento social em decorrência do vírus, conforme refletido na introdução deste artigo, as Instituições de Ensino tiveram que realizar mudanças inéditas de forma repentina, no que diz respeito a oferta de suas atividades, antes realizadas presencialmente, agora de forma *on-line*, mediada pelas TICs. Essa nova modalidade ficou conhecida popularmente de Ensino Remoto Emergencial (ERE).

Desse modo, visualizou-se um “boom” na utilização de tecnologias digitais para que professores e alunos, distantes geograficamente, pudessem continuar realizando as suas atividades educacionais de forma segura, em isolamento total para que o vírus não se propagasse. Esse motivo pode se dá, justamente porque as “tecnologias nos permitem ampliar o conceito de aula, de espaço e tempo, de comunicação audiovisual, e estabelecer pontes novas entre o presencial e o virtual, entre o estarmos juntos e o estarmos conectados a distância” (MORAN, 2012 [2000], p. 12). No entanto, é sabido que esse “boom” em relação às tecnologias digitais no contexto educacional, mediando o processo de ensino-aprendizagem, já é uma realidade em nosso país, como por exemplo os cursos realizados na modalidade Educação a Distância, as práticas telecolaborativas, dentre outras possibilidades que, por diversos e diferentes motivos, era, antes da pandemia, rechaçada e esquecida por alguns docentes. Em vista disso, são perceptíveis os benefícios e as inúmeras possibilidades de ensinar e aprender advindas com as TICs, quando usadas de forma crítica-reflexiva no contexto de sala de aula.

Assim, a partir de 2020 e com a atenção voltada no uso das tecnologias digitais para a efetivação das aulas, o termo Ensino Remoto Emergencial ganha evidência e passa a fazer parte do vocabulário de toda a sociedade. Nesse sentido, parece salutar diferenciar o que se entende por essa nova modalidade em detrimento à Educação a Distância, uma vez que, em determinados momentos, os termos foram utilizados como sinônimos, quando são diferentes, tendo em comum, dentre tantos aspectos, o uso das tecnologias digitais na mediação do processo de ensino-aprendizagem.

A Educação a Distância, de acordo com Moran (200-), pode ser compreendida como uma modalidade de ensino-aprendizagem, mediada pelas tecnologias digitais, em que professores e alunos que estão separados espacial e/ou temporalmente, isto é, não estão necessariamente juntos fisicamente. Paiva (2020) lembra que as aulas na EAD foram há bastante tempo e ainda continuam sendo transmitidas por rádio e televisão, podendo contar desde o final do século XX com a mediação de computadores.

A Educação a Distância no contexto brasileiro foi definida oficialmente a partir do Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), sendo revogada posteriormente em 2017, com o Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que conceitua a EAD da seguinte forma:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e

tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (BRASIL, 2017, p. 1).

Conforme apresentado anteriormente, essa é definição que regulamente o Art. 80 da Lei 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como as demais atividades realizadas no âmbito nacional na EAD. Nesse sentido, é necessário pontuar que a EAD apresenta leis e características próprias que diferem do contexto de ensino-aprendizagem presencial, bem como do Ensino Remoto Emergencial. De acordo com Vidal e Maria (2010, p. 12) na “EAD, o ato pedagógico não é mais centrado na figura do professor, e não parte mais do pressuposto de que a aprendizagem só acontece a partir de uma aula realizada com a presença deste e do aluno”, pois:

A Educação a Distância consiste então, num processo que enfatiza a construção e a socialização do conhecimento; a operacionalização dos princípios e fins da educação, de forma que qualquer pessoa, independentemente do tempo e do espaço, possa tornar-se agente de sua aprendizagem, devido ao uso de materiais diferenciados e meios de comunicação, que permitam a interatividade (síncrona ou assíncrona) e o trabalho colaborativo/cooperativo. (MOREIRA; SCLEMMER, 2020, p. 14).

Ensino Remoto Emergencial, de acordo com Hodges *et all* (2020), é uma mudança temporária na forma como os conteúdos curriculares são entregues para os alunos, adotando, desse modo, uma nova possibilidade alternativa em detrimento da situação de crise. Para os pesquisadores, essa nova perspectiva requer a adesão de um ensino que seja totalmente remoto para as aulas que eram anteriormente realizadas presencialmente e que posteriormente, poderão ser combinadas com momentos híbridos, com o retorno parcial das atividades presenciais. Arruda (2020, p. 266), em consonância com Hodges *et all* (2020), pontua que o ERE é “um princípio importante para manter o vínculo entre estudantes, professores e demais profissionais da Educação. A resposta em contrário pode representar o afastamento por muitos meses de estudantes dos espaços escolares (físicos e virtuais)”. Um dos aspectos que caracteriza o ERE é o caráter emergencial, temporário e provisório, conforme defendem Hodges *et all* (2020) e Arruda (2020, p. 266).

Moreira e Sclemmer (2020, p. 9) ao realizarem suas considerações a respeito do ensino remoto vão ao encontro do entendimento realizado pelos pesquisadores apresentados até o presente momento, compreendendo-o como “um modelo de ensino

temporário devido às circunstâncias desta crise”, cujo princípio não está em “recriar um ecossistema educacional online robusto, mas sim fornecer acesso temporário e de maneira rápida durante o período de emergência ou crise.” Nesse sentido, os estudiosos compreendem o ensino remoto como

[...] uma modalidade de ensino ou aula que pressupõe o distanciamento geográfico de professores e estudantes e vem sendo adotada nos diferentes níveis de ensino, por instituições educacionais no mundo todo, em função das restrições impostas pelo COVID-19, que impossibilita a presença física de estudantes e professores nos espaços geográficos das instituições educacionais. (MOREIRA; SCLEMMER, 2020, p. 8).

Isto posto, visualizamos que o ERE é uma modalidade de ensino utilizada de forma emergencial, temporária, em que as aulas presenciais são migradas para o contexto digital. Moreira e Sclemmer (2020) apresentam os países do Médio Oriente como exemplo de implantação do ensino remoto em momentos de crise, emergência ou em situações de fragilidades. Conforme pontuam os autores, o ERE é utilizado constantemente em detrimento dos conflitos armados, como um meio de tirar as crianças das ruas, mantendo-as em segurança e dando continuidade às atividades escolares de forma remota.

Assim, após apresentarmos nossas considerações a respeito do ERE e da EAD, acreditamos que ficou evidente a diferença existente não somente no aspecto terminológico, mas, sobretudo, no que cada modalidade tem como fundamento e objetivo no contexto educacional. Isto posto, “a educação remota online digital se diferencia da Educação a Distância pelo caráter emergencial que propõe usos e apropriações das tecnologias em circunstâncias específicas de atendimento onde outrora existia regularmente a educação presencial.” (ARRUDA, 2020, p. 265). Consequentemente, em vista desse seu caráter emergencial, o ensino remoto acabou exigindo de todo âmbito uma reorganização na oferta e no desenvolvimento de suas atividades, eixo central deste artigo.

3 CAMINHO METODOLÓGICO

A presente pesquisa, considerando o viés teórico-metodológico escolhido para desenvolvê-la, se inscreve no campo da Linguística Aplicada, doravante LA, compreendida aqui como uma ciência de caráter Indisciplinar (MOITA LOPES, 2015).

Compreender a LA nessa perspectiva, é entender que ela não está presa e, tampouco, se confina aos limites dos campos disciplinares, teóricos, metodológicos e/ou analíticos.

Para além de Indisciplinar, considero uma LA, no campo epistemológico, enquanto “mestiça” e “nômade” por não se prender a modelos (pré)definidos e (pré)determinados sobre fazer pesquisa. Para Moita Lopes (2006, p. 85), se faz necessário repensar os modos de fazer pesquisa, reinventar “as formas de produzir conhecimento, uma vez que a pesquisa é um modo de construir a vida social a tentar entendê-la.”. Essa orientação na LA justifica a pesquisa ser de abordagem qualitativa e de cunho autoetnográfico, a qual será discutido a seguir.

Este estudo apresenta uma abordagem qualitativa (OLIVEIRA, 2007; LUDKE, ANDRÉ, 1986). A pesquisa de abordagem qualitativa é compreendida como “um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e /ou segundo sua estruturação” (OLIVEIRA, 2007, p. 37). Ademais, segundo Oliveira (2007, p. 39), as investigações realizadas nessa abordagem apresentam quatro características: “1. Ambiente natural como fonte direta de dados, e o pesquisador como instrumento fundamental; 2. caráter descritivo; 3. Significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida, que deve ser uma preocupação do investigador; 4. enfoque indutivo.”.

Assim, de acordo com Ludke e André (1986, p. 11), a pesquisa qualitativa “supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação em que está sendo investigado, via de regra através do trabalho intensivo de campo”. Em meu caso, o pesquisador esteve presente no contexto estudado durante 4 períodos letivos (2020.1, 2020.2, 2021.1 e 2021.2), vivenciando as (re) configurações realizadas nas disciplinas e nas práticas de estágio supervisionado durante a pandemia.

Não obstante, inferimos, também, que a pesquisa é de cunho autoetnográfico (ELLIS; ADAM, BOCHNER, 2011; ONO, 2018; MAGALHÃES, 2018). A pesquisa autoetnográfica nasce como um tipo da etnografia, cujo olhar, nesse momento, está voltando para as vivências do próprio pesquisador em seu contexto social (BOSSLE; NETO, 2009). De acordo com Ellis, Adam e Bochner (2011), a autoetnografia é uma abordagem de investigação e de escrita que tem como objetivo descrever e analisar de forma sistemática a experiência pessoal de modo que seja possível compreender, também, a experiência cultural. Assim, a etnografia, segundo os estudiosos, é tanto processo, quanto produto. (ELLIS; ADAM, BOCHNER, 2011).

Nessa mesma linha de pensamento, Ono (2018, p. 54) pontua que

o sujeito/objeto se revela, se expõe e aceita o risco, estamos tornando a ciência com características mais humanas. Neste processo, incluem-se a emoção, os sentimentos e as experiências, não tão exploradas em outros métodos, ao mesmo tempo em que “questões relativas ao ser” são colocadas em circulação e abertas para o diálogo.

Desse modo, compreende-se que ao adotar essa perspectiva metodológica, visualiza-se a possibilidade de analisar a minha própria vivência no contexto dos Estágios Supervisionados realizados durante a pandemia. Outrossim, permite a descrição daquilo que foi vivenciado, sentido, aprendido e realizado pelo pesquisador no contexto específico o qual esteve presente. Nas palavras de Magalhães (2018, p. 18) “permite o envolvimento do pesquisador e possibilita transpor para o seu estudo as suas experiências emocionais, revelando detalhes da pesquisa”, promovendo, “a reflexividade no processo de pesquisa.”

A pesquisa autoetnográfica é, sobretudo, um “processo que usa as experiências do pesquisador com descrição e crítica de crenças, práticas e experiências”, trazendo para a pesquisa, ou buscando trazer, “partes do acervo pessoal, com experiências, vivências, estudos, frustrações, emoções, sentimentos, desconfortos e momentos de felicidade.” (ONO, 2018, p. 56).

Diante do exposto, o contexto macro deste estudo é o curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa, ofertado na modalidade Educação a Distância, do Instituto Federal da Paraíba, voltando o olhar especificamente para as disciplinas de Orientação de Estágio Supervisionado I, II, III e IV, ofertadas durante os anos de 2020 e 2021, referindo-se aos períodos letivos 2020.1, 2020.2, 2021.1 e 2021.2. Como participante da pesquisa, por ser de cunho autoetnográfica, temos o próprio pesquisador, autor deste texto, licenciando do curso de Letras que realizou todas as práticas de estágio supervisionado durante o interstício apresentado anteriormente, ofertado durante o período pandêmico.

4 DO PRESENCIAL AO VIRTUAL: (RE) CONFIGURAÇÕES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO IFPB

Nesta seção, apresento as análises dos dados de modo a alcançar os objetivos propostos neste trabalho, apresentados nas considerações iniciais. Como forma de didatizar o movimento analítico, dividi essa seção em duas subseções, a saber: i)

reconfigurações institucionais e pedagógicas; e ii) confluências entre o ideal e o real durante o estágio supervisionado remoto.

4.1 Reconfigurações institucionais e pedagógicas

Considerando as reflexões realizadas anteriormente, o Estágio Supervisionado sempre foi um dos momentos mais esperados durante a minha trajetória formativa enquanto futuro professor de língua portuguesa⁸, sendo motivo de muitas expectativas e anseios, uma vez que compreendo o estágio supervisionado como “um espaço de aprendizagem da profissão docente e de construção da identidade profissional” (SILVA; GASPAR, 2018, p. 206). Em vista disso, desejava que houvesse uma identificação com a escola na qual eu iria estagiar e, conseqüentemente, com o professor da turma que eu acompanharia ao longo desse período, pois sei que a boa convivência e a troca realizada entre estagiário-professor supervisor é de extrema e fundamental importância, uma vez que, conforme pontua Pimenta e Lima (2010), o estágio de observação, chamado aqui de estágio de vivência, “contribui para a desconstrução de mitos e preconceitos ao possibilitar que os estudantes tenham seu olhar instrumentalizado com teorias que lhes permitam uma análise crítica fundamentada das situações do ensino em seus contextos”.

Desse modo, a vivência na sala de aula, se feita em uma perspectiva reflexiva-crítica, poderá fazer com que nós, licenciandos, visualizemos a prática docente do professor supervisor como uma excelente oportunidade para desenvolver esse viés e não como um momento de observar e imitar tais modelos de ensino, “sem proceder a uma análise crítica fundamentada teoricamente e legitimada na realidade social em que o ensino se processa” (PIMENTA; LIMA, 2010, p. 36).

Assim, a disciplina de Orientação de Estágio Supervisionado I, conforme apresentado na seção anterior, ofertado no período letivo 2020.1, iniciado no mês de março de 2020, daria a oportunidade para que os alunos matriculados pudessem realizar o estágio de vivência presencialmente em escolas da rede pública de ensino do estado da Paraíba. Para tanto, para que realizássemos as 30 horas de observação de aulas do

⁸Apesar de ser formado em Letras – Espanhol, ser professor dessa disciplina há 8 anos, estar atuando na área dos Estudos Linguísticos, especificamente no Ensino de línguas e formação de professores, parto do entendimento de que a nossa (minha) formação é permanente pois “ninguém começa a ser educador numa certa terça-feira às quatro a tarde. Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática” (FREIRE, 1991, p. 58).

Ensino Fundamental II e cumprir, também, com as 20 horas de participação em encontros pedagógicos feitos na escola, era necessário oficializar na Coordenação de Estágio, conforme sinaliza a Resolução N° 14/ 2017, que apresenta as diretrizes e os documentos necessários:

Art. 17° A caracterização e a definição do estágio nos cursos de licenciatura do IFPB dependem de instrumento jurídico, sendo:

I. Termo de Convênio ou Cooperação Técnica, celebrado entre as instituições públicas concedentes e o IFPB, em que acordam as condições de realização do estágio;

II. Termo de Compromisso de Estágio - TCE celebrado entre o estagiário e a organização concedente, com a interveniência da Instituição de Ensino, regulamentando as atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, 2017b, p. 5).

Destarte, após realizar a primeira oficialização do estágio, dispondo de todas as documentações apresentadas acima e prestes a realizar a vivência na escola campo, as aulas nas escolas foram interrompidas no dia 17 de março de 2020 após a Organização Mundial da Saúde – OMS declarar que estávamos em meio à uma pandemia, causada pela COVID – 19 e o MEC publicar a portaria N° 343, conforme apresentamos abaixo:

Art. 1° Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2° do Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017. (BRASIL, 2020)

Isto posto, visualizamos que a portaria de N° 343/MEC orientava a substituição de aulas presenciais por aulas em meios digitais com validade de 30 dias. Posteriormente, novas portarias foram sendo publicadas pelo MEC de modo que o prazo, apresentado anteriormente, fosse sendo expandido, haja vista a continuidade da pandemia. Essas portarias foram as seguintes: Portaria MEC 345, de 19 de março de 2020, Portaria MEC 395, de 15 de abril de 2020 e Portaria MEC 473, de 12 de maio de 2020. Essa ação fez com que todos nós, cidadãos, alunos, professores, gestores e sociedade como um todo, estivéssemos diante de um período marcado por incertezas, urgências e ineditismo, se vendo “diante da obrigação de redefinir, ressignificar, reinventar e “desaprender” muitas das suas certezas teóricas e metodológicas quanto ao seu fazer”. (SANTOS; LIMA; SOUSA, 2020, p. 1634).

Assim, foi necessário esperar que governadores e prefeitos lançassem portarias, decretos e resoluções que regulamentassem e orientassem as instituições de ensino para o andamento das aulas a partir do uso das tecnologias digitais. No estado da Paraíba, o governo publicou o Decreto N° 40.122 de 13 de março de 2020, no dia 14 de março, declarando que o nosso estado estava em situação de emergência. Conseqüentemente, diante de todas as portarias que foram sendo lançadas pelas instâncias governamentais em nível nacional, estadual e municipal, o IFPB, seguindo as orientações apresentadas pelo MEC, prezando pelo distanciamento social e pela saúde de funcionários e estudantes, publicou algumas resoluções que também paralisavam as atividades presenciais, inclusive aquelas que seriam desenvolvidas por nós, alunos do curso de Letras EAD.

No dia 17 de março de 2020, foi publicada pelo IFPB a Resolução AR 13/2020 – CONSUPER/REITORIA/IFPB orientando toda a comunidade acadêmica sobre “as ações no que concerne às medidas de proteção à saúde das pessoas e para o enfrentamento da disseminação Coronavírus (COVID-19)”. Nesse momento, todas as atividades didático-pedagógicas, no âmbito da instituição, foram suspensas. O prazo dado para a aplicação das medidas apresentadas na resolução era de 17 de março até 12 de abril, cabendo prorrogação ou não. Posteriormente, foi publicada a Resolução de N° 18/2020 – CONSUPER/REITORIA/IFPB, de 6 de abril de 2020, que tratou sobre a prorrogação do prazo das ações referente às medidas de proteção à saúde de todos, bem como o enfrentamento do COVID-19.

[...] a interrupção nas atividades acadêmicas presenciais seguiu o movimento mundial de ações governamentais de distanciamento social de maneira a diminuir a transmissão do coronavírus e, assim, tentar mitigar os efeitos sobre a saúde da população. Essas ações dos IFs também foram tomadas a fim de prevenir a proliferação da doença e proteger as vidas da comunidade interna. Foram medidas muito importantes que seguiram as recomendações dos governos locais, do MEC e do Ministério da Saúde. (CASTILHO; SILVA, 2020, p. 27).

Com agravamento dos casos de contaminação do coronavírus e da necessidade de mantermos ainda o distanciamento social, outras portarias foram sendo lançadas, prorrogando a paralisação das atividades didáticos-pedagógicas no IFPB, a saber:

- RESOLUÇÃO AR 20/2020 - CONSUPER/REITORIA/IFPB, de 27 de abril de 2020;
- RESOLUÇÃO AR 24/2020 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, de

- 25 de maio de 2020;
- RESOLUÇÃO AR 29/2020 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, de 29 de junho de 2020;
 - RESOLUÇÃO AR 31/2020 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, de 31 de julho de 2020;
 - RESOLUÇÃO AR 35/2020 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, de 28 de agosto de 2020⁹;

Em vista disso, as atividades do curso de Licenciatura em Letras – Português, realizadas na modalidade a distância foram suspensas, impossibilitando, também, a continuidade de qualquer tarefa de natureza teórico-prática no estágio supervisionado. Em 16 de junho de 2020, o MEC divulgou a portaria de Nº 544 que tratou a respeito da continuidade das aulas não presenciais:

Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. (PORTARIA Nº 544, DE 16 DE JUNHO DE 2020).

Conforme disposto no decreto, as aulas presenciais ficariam suspensas até 30 de dezembro, fazendo com que houvesse a efetivação das atividades no Ensino Remoto Emergencial – ERE, o qual pegou todos nós de surpresa, “da noite para o dia” (SANTOS; LIMA; SOUSA, 2020). Dito isto, apesar de já ter conhecimento acerca do trabalho docente no contexto no qual nos encontrávamos no ano de 2020, isto é, a realização das aulas não presenciais, realizadas através do *Google Meet* e *Zoom*, por ser uma realidade que vivenciava naquele momento enquanto professor de espanhol no Ensino Fundamental II, na rede privada de ensino, eu estava seguro de que tudo seria diferente, motivando-me ainda mais a realizar o estágio.

Não obstante, faz-se necessário pontuar que o IFPB suspendeu o calendário letivo em 23 de março de 2020, retomando suas atividades ainda no contexto remoto no dia 17 de agosto de 2020, reforçando que as atividades pedagógicas ocorreriam na forma de Atividades de Ensino Não Presenciais (AENPs), devido a situação de excepcionalidade da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Tais atividades foram regulamentadas pelo Conselho Superior no dia 28 de julho de 2020, através da Resolução 29/2020.

⁹ Pontuamos que a realização das Atividades de Ensino Não Presenciais – AENPs continuaram até o final do ano de 2021. No ano de 2022, como as escolas voltaram a realizar o ensino presencial, as práticas de estágios começaram a ser realizadas presencialmente.

Art. 1º Por meio desta Resolução, ficam aprovadas as diretrizes para regulamentação das Atividades de Ensino Não Presenciais (AENPs), dentro do processo de retomada gradual do calendário letivo, em acordo com as fases de implementação das atividades acadêmicas e administrativas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB.

I – Entende-se por Atividades de Ensino Não Presenciais (AENPs) o conjunto de atividades pedagógicas, realizadas, com mediação tecnológica ou não, a fim de promover o atendimento escolar essencial aos estudantes no contexto da pandemia COVID-19.

II – São consideradas Atividades de Ensino Não Presenciais (AENPs) as relativas: a. à execução dos componentes curriculares; b. à progressão parcial; c. a núcleos de aprendizagem; d. à orientação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); e. à orientação de Relatório de Estágio f. outras atividades de apoio ao Ensino que a Subcomissão Local de Acompanhamento das Atividades Não Presenciais (SLAANP) do curso/área definir, desde que sejam realizadas de forma não presencial.

[...] Art. 2º No que se refere aos estágios e práticas profissionais e laboratoriais, a oferta de forma não presencial ficará condicionada às Diretrizes Curriculares Nacionais aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação ou a outras legislações que por ventura venham a regulamentar o tema. (RESOLUÇÃO 29/2020, 2020, p. 2).

O curso de Letras - Português necessitou reconfigurar o calendário letivo referente ao período 2020.1 (Ver anexo A), de modo que pudesse voltar às atividades pedagógicas. O reinício do período letivo ocorreu em 17 de agosto sendo finalizado em 5 de dezembro de 2020, contabilizando 100 dias letivos ao total, tendo a semana anterior ao seu retorno, do dia 10 a 15 de agosto, voltada para o desenvolvimento de atividades de atualização e revisão de conteúdos das disciplinas, uma vez que as aulas haviam sido interrompidas em março.

Faz-se necessário pontuar, também, que o calendário de retorno das atividades do curso é um exemplo das reconfigurações realizadas a nível nacional, bem como local. O ajuste feito no IFPB só foi possível ser realizado devido a publicação da Medida Provisória nº 934, de 2020 que estabeleceu “normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020”.

O art. 2º da MPV dispensa as instituições de educação superior, em caráter excepcional, do cumprimento da obrigatoriedade de mínimo de dias letivos, conforme o comando do caput e do § 3º do art. 47 da Lei nº 9.394, de 1996. 3 A referida dispensa deve ocorrer nos termos

das normas editadas pelos respectivos sistemas de ensino e tem vigência durante o ano letivo afetado pelas medidas de emergências relacionadas ao novo coronavírus. (MEDIDA PROVISÓRIA Nº 934, 2020, p. 2).

Essa medida foi convertida posteriormente na Lei Nº 14.040, de 18 de agosto de 2020 que tratou de estabelecer “normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.”

Não obstante, o nosso curso de Letras do IFPB, no período 2020.1 teve a duração de 100 dias letivos, no lugar dos 200 dias conforme está disposto na lei, em que 21 dias desses foram cumpridos antes da suspensão das atividades acadêmicas e os outros 79 dias cumpridos no retorno das atividades, conforme visualizamos a seguir:

Imagem 1: Reconfiguração do calendário letivo 2020.1

RESUMO DA CONTAGEM DOS DIAS LETIVOS - Semestre 2020.1	
21	dias cumpridos antes da suspensão das atividades acadêmicas
79	dias restavam para o término do semestre 2020.1
112	dias de suspensão (excluído período de férias docentes)
27	dias de férias docentes (JULHO)
79	dias letivos após o retorno das atividades acadêmicas
100	total de dias letivos

Fonte: Dados da pesquisa.

Com o retorno das atividades curriculares no curso de Letras – Português e, conseqüentemente, o retorno à disciplina de OES – 1, muitas angústias e ansiedades começaram-me a surgir enquanto estagiário, pois naquele momento eu não sabia de que forma iria realizar meu estágio, se iria conseguir outra escola e quais seriam as configurações e diretrizes apresentadas pelo IFPB para que fosse possível oficializar novamente a prática do estágio, devido às incertezas que perpassava ainda o nosso entorno educacional e, sobretudo, sanitário.

Nesse contexto, as práticas de estágio somente foram (re)iniciadas a partir da publicação da Instrução Normativa 1/2020 - PRE/REITORIA/IFPB, de 13 de outubro de 2020, institucionalizando, dessa forma, a possibilidade de estagiar no período de pandemia, causada pelo coronavírus.

CAPÍTULO II DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Art. 7º O estágio obrigatório deve ser realizado, preferencialmente, por meio não presencial, semipresencial ou em escala de revezamento, conforme a natureza das demandas, e atender aos protocolos de saúde e segurança específicos, recomendados para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (COVID-19).

Art. 8º As atividades de estágios de forma não presencial poderão ser realizadas enquanto durar a pandemia do Coronavírus (COVID-19), devendo: I – Ter a orientação, por meio eletrônico, do professor docente do IFPB ou, para estudantes externos, da instituição de ensino vinculada à matrícula do estudante; II – Ter o acompanhamento e avaliação do supervisor (profissional da empresa ou instituição concedente do estágio).

Art. 9º Os estudantes que tiveram as atividades de estágio paralisadas durante a pandemia deverão ter os seus Termos de Compromisso de Estágio (TCE) vigentes encerrados, a fim de formalizarem novo TCE, com o respectivo registro no IFPB ou na instituição vinculada à matrícula do curso. (INSTRUÇÃO NORMATIVA 1/2020 - PRE/REITORIA/IFPB, 2020, p. 3).

A partir da leitura do trecho acima apresentado da Instrução normativa 1/2020, visualizamos traços das primeiras (re)configurações das práticas de estágio supervisionado obrigatório no âmbito do IFPB. Nesse momento, nós, alunos regulamente matriculados, deveríamos realizar os estágios que fossem, preferencialmente, não presenciais, de forma remota de modo que preservasse a nossa saúde e seguisse as orientações e os protocolos emitidos para o enfrentamento do coronavírus. Outro aspecto que necessitou ser reconfigurado devido ao contexto no qual nos encontrávamos foi a (re)oficialização do estágio, bem como a assinatura de documentos, tais como o *Termo de Aditivo do Estágio* e *Termo de Conhecimento e Concordância com a realização do estágio obrigatório* que foram reajustados para que contemplassem todas as características e as especificidades do contexto sanitário.

Esses aspectos, descritos anteriormente, demonstram as principais reconfigurações institucionais realizadas pelo IFPB, bem como outras Instituições de Ensino que também necessitaram realizar devido a pandemia no que diz respeito à paralização de suas atividades presenciais, reorganização do calendário letivo e do retorno das práticas de estágio. Desse modo, evocamos as palavras de Carvalho e Souza (2020, p. 2) que refletem a respeito:

As novas configurações, deste modo, têm incitado, no interior das Instituições de Ensino Superior, debates de diferentes ordens,

considerando os arranjos necessários e as reais condições de participação dos indivíduos, inseridos em contextos diversos, nas atividades remotas. As instituições veem-se cercadas por inúmeros desafios com vistas a viabilizar a inclusão de toda a sua comunidade e encontrar, criar e reinventar caminhos seguros para minimizar os prejuízos à continuidade de suas atividades. (CARVALHO; SOUZA, 2020, p. 2).

As reconfigurações realizadas durante o período pandêmico também ocorreram no âmbito pedagógico. As disciplinas de Orientação de Estágio Supervisionado em todas as suas etapas tiveram que reconfigurar a sua organização de modo que pudessem contemplar a realidade dos discentes dos diferentes polos do curso¹⁰, bem como das escolas que receberiam os licenciados que também haviam, de forma rápida e inesperada, reorganizado suas atividades letivas mediadas pelas tecnologias digitais.

Conforme disposto no Plano de curso do componente *Orientação de Estágio Supervisionado I*, os discentes necessitariam cumprir o total de 50 horas de atividades na escola:

30 horas de observação em sala de aula do Ensino Fundamental II, obrigatoriamente em escola da rede pública de ensino; 20 horas de participação em encontros (planejamento, visita às dependências da escola, eventos culturais, mostras científicas etc) realizados durante sua permanência na escola [...] (PLANO DE DISCIPLINA, 2020, p. 3).

No entanto, devido às novas configurações postas pela pandemia, a vivência dos licenciandos, mesmo que de forma remota, através da tela, não ocorreu conforme está disposto no Plano de curso. Em vista disso, essa carga horária foi reconfigurada no sentido de que nós, enquanto estagiários, deveríamos acompanhar as aulas síncronas, realizadas via *Google Meet* ou em outra plataforma, as aulas assíncronas, realizadas via *WhatsApp* ou *Google Classroom* e, por ventura, reuniões pedagógicas feitas entre o professor regente da turma com a supervisão pedagógica e direção. Nesse sentido, após oficializar o estágio junto à Coordenação de Estágio, minha vivência ocorreu de novembro a dezembro de 2020, na qual acompanhei 5 aulas síncronas, realizadas todas as segundas-feiras das 13:30 às 14:30, no *Google Meet*.

Após termos vivenciados em 2020 mudanças drásticas da “noite para o dia”, conforme bem sinalizaram Santos, Lima e Sousa (2020) em sua investigação acerca das (re)invenções que os professores vivenciaram e realizaram durante a pandemia, o

¹⁰ Os polos do curso são: João Pessoa, Campina Grande, Sousa e Picuí.

ano de 2021, ainda atravessado pela pandemia e pelos altos índices de casos de infecção, mas, também, com a notícia da descoberta da vacina e com o início do processo de vacinação da população, apresentou (re)configurações tendo em vista o cenário pandêmico ainda vigente.

Desse modo, como forma de exemplificar e sem pretensões de esgotar a temática, apresento as reconfigurações realizadas pelo Componente Curricular *Orientação do Estágio Supervisionado II*, realizada por mim em 2021, no período letivo 2020.2, mas que também foi realizada semelhantemente em OES IV, no mesmo ano, no período 2021.2. Essas reconfigurações aconteceram, pois, o Ensino Remoto Emergencial trouxe uma nova configuração para o processo de ensino-aprendizagem, para o papel do professor e do aluno.

[...] o professor teve que repensar sua prática pedagógica, rever a forma como mobilizava as estratégias e recursos didáticos, enfim, rever o seu saber fazer docente. Para tal, foi fundamental compreender as transformações da sociedade, a evolução tecnológica, ou seja, a dinâmica social vigente. (AGUIAR; NOGUEIRA PANIAGO; RIBEIRO CUNHA, 2020, p. 6).

Conforme sinaliza o Plano de curso de OES 2, padrão para todas as suas ofertas, os discentes nesse momento devem realizar o estágio de prática docente no Ensino Fundamental II, desenvolvendo atividades de planejamento (elaboração de planos de aula) e ministrando 30 horas/aulas de português e de literatura na turma escolhida. No entanto, essa configuração inicial, pensada exclusivamente para o contexto presencial, foi modificada, de modo que conseguisse se adequar à realidade a qual estávamos inseridos.

Desse modo, os docentes formadores, responsáveis pelo Componente Curricular no curso de Letras, solicitaram a realização de atividades específicas como forma de equivalência às atividades presentes no plano de curso e necessárias para o andamento da disciplina, bem como contribuir na formação docente dos estagiários, conforme pode ser visto abaixo:

Imagem 2: Plano Instrucional OES 2

Data	Atividades
22/03/2021	Conceito de SD para Joaquim Dolz
05/04/2021	Entrevista com o(a) professor(a) regente
05/04/2021	Sequência Didática (5 aulas)
19/04/2021	1 aula gravada (vídeo de 20 minutos)
26/04/2021	3 Slides (Material didático para aula)
03/05/2021	1 atividade de verificação da aprendizagem
24/05/2021	Memorial Acadêmico

Legenda:

	Atividade colaborativa
	Atividade individual
	Atividade equivalente à prova presencial

Fonte: Arquivos pessoais do pesquisador.

Como mostra a imagem 2, foi necessário realizar as seguintes atividades: 1) Comentário crítico no fórum acerca do conceito de Sequência Didática (SD) para Joaquim Dolz; 2) Entrevista com a professora regente que nos recebeu durante a prática de estágio, de modo que fossem evidenciadas questões referentes à organização do ensino no contexto de ERE e as dificuldades enfrentadas até o presente momento, por exemplo; 3) Elaboração de uma SD vislumbrando a sua aplicação em 5 aulas, contemplando a abordagem de tema gerador, ensino de literatura, ensino de um gênero textual, análise linguística e a realização de exercício de verificação da aprendizagem. Esse conjunto de atividades foi equivalente a uma parte da carga horária prevista para a realização do estágio supervisionado, que contou, também, com aulas ministradas por mim, descritas no excerto abaixo:

Excerto 1:

Visualizamos no quadro a seguir a esquematização dos encontros síncronos realizados por mim com a turma do 7º Ano C, D e E:

Quadro 2: Organização das aulas síncronas

Data	Aula síncrona
12/04/2021	1º Aula – Introdução e contextualização do tema “O papel da mulher na sociedade”
19/04/2021	2º Aula – Leitura literária do conto “A moça Tecelã”, de Marina Colasanti;
04/05/2021	3º Aula – Gênero Textual Charge
10/05/2021	4º Aula – Apresentação das produções textuais e finalização do estágio.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Conforme evidenciado no quadro acima, realizei ao total quatro encontros síncronos com os alunos no *Google Meet* todas as segundas-feiras, além de acompanhá-los no grupo da turma no *WhatsApp* com os professores e direção. (MEMORIAL OES 2, 2021).

Faz-se necessário pontuar que essas vivências, realizadas a partir das novas configurações, atribuídas aos professores no contexto remoto, foram de grande importância para a minha formação docente. Essa ponderação se justifica, pois, pude ter pela primeira vez, enquanto futuro docente de português, a experiência de ministrar aulas de língua portuguesa e de literatura ao longo das 4 disciplinas de Orientação de Estágio Supervisionado nas turmas do Fundamental 2 e do Ensino médio, mesmo com as dificuldades e condições que atravessaram o contexto escolar durante a pandemia.

Outrossim, enquanto estagiário docente tive a consciência de que a prática docente nas aulas síncronas é somente uma pequena parte do trabalho do professor. Nas aulas remotas houve a necessidade de repensar o calendário escolar, planejar as aulas e escolher quais conteúdos seriam importantes para trabalhar com os alunos nesse período de mudança, bem como a ação de selecionar e avaliar o(s) material(is) didático(s) que se têm a sua disposição na hora de ensinar.

Ao planejarem o processo de ensino, a escola e os professores devem, pois, ter clareza de como o trabalho docente pode prestar um efetivo serviço à população e saber que conteúdos respondem às exigências profissionais, políticas e culturais postas por uma sociedade que ainda não alcançou a democracia plena. (LIBÂNEO, 1990, p. 227).

Nesse sentido, mesmo já sendo professor de Língua Espanhola e já ter tido a experiência de elaborar e orientar planos de aula, tive alguns receios durante os estágios. Os receios não estavam pautados no sentido estrutural, das diretrizes e/ou das etapas do plano de aula, mas no que diz respeito ao público e, principalmente, ao objeto de ensino, pois, conforme mencionado anteriormente, em OES 2 e OES4 ministrei minhas primeiras aulas de português e de literatura.

Assim, a minha vivência nos estágios me possibilitou de fato experimentar o dia a dia de um professor de língua portuguesa no contexto do ensino remoto. Para esse momento, trago para a minha experiência a metáfora do iceberg, realizada por Almeida Filho (2015), ao pontuar que

depois que se despedem, professor e aluno têm uma série de tarefas a cumprir antes da próxima aula. O professor vai planejar mais aulas,

corrigir, avaliar, discutir com colegas e coordenadores, selecionar e produzir material e aperfeiçoar-se profissionalmente lendo, estudando, indo a encontros e congressos. O aluno vai fazer a lição, buscar ocasiões de uso, praticar, discutir em grupo e coletar material. (ALMEIDA FILHO, 2015, p. 41).

Essas foram as ações realizadas por mim ao longo das experiências nas aulas remotas. Ao final de cada aula analisei e refleti sobre como ocorreu a minha prática docente, visualizando o que eu poderia ter abordado de forma mais compreensível, por exemplo. Gostaria também de pontuar que o bom relacionamento com os professores supervisores foi extremamente importante para a minha atuação ao longo dos encontros, pois eles demonstraram estar seguros com a minha abordagem, meus materiais didáticos e postura para com os alunos.

4.2 Confluências entre o ideal e o real durante o estágio supervisionado remoto

Não obstante, é salutar informar que as reconfigurações apresentadas na seção anterior foram, necessariamente, vivenciadas por mim a partir das proposições institucionais do IFPB e pedagógicas dos professores que ministraram as disciplinas de OES em qualquer um dos seus segmentos. As reconfigurações nem sempre conseguiam contemplar e alcançar as múltiplas realidades vivenciadas por cada aluno que estava alocado nas diferentes cidades do nosso estado. Nesse sentido, passamos a realizar e, sobretudo, a vivenciar reconfigurações que não haviam sido previstas, do que estava sendo proposto, fazendo com que nenhum discente fosse prejudicado, haja em vista o contexto de excepcionalidade que estávamos passando. Ou seja, lidamos constantemente com a dualidade entre o “ideal” e o “real”, com o que estava posto nas diretrizes, resoluções e planos de curso, bem como a realidade educacional que eu e meus colegas tínhamos à nossa disposição.

A respeito dessas questões, recorro as reflexões realizadas por Vinhas e Silva (2021), ao investigar quais foram/são os desafios para a formação docente no contexto de estágio supervisionado remoto, cujas inquietações também atravessaram o corpo docente do IFPB responsáveis pelas disciplinas de OES, durante o interstício aqui analisado, 2020 e 2021.

Pensar e viabilizar a formação docente em um momento potencialmente incerto de uma pandemia, implica considerar a complexidade do contexto e a interrelação entre questões conjunturais e estruturais do

sistema educacional brasileiro, com as condições objetivas e subjetivas do exercício docente. (VINHAS; SILVA, 2021, p. 241).

Neste ínterim, foi necessário considerar justamente a complexidade que o contexto apresentava, bem como as múltiplas realidades que as escolas estavam realizando o ERE. No início de cada período letivo, como ocorre no estágio presencial, nós somos orientados a procurar escolas públicas que possam nos aceitar enquanto estagiários da disciplina de português e acompanhar as suas atividades curriculares, seja vivenciando ou ministrando aulas que neste período pandêmico estavam ocorrendo de forma síncronas e assíncronas. Esse é o cenário “ideal” para a realização dos estágios supervisionados remotos, de modo que contribua efetivamente com a formação docente dos licenciandos (PIMENTA; LIMA, 2010; GUIMARÃES, 2012; MEREIRA, 2020; ALMEIDA, 2021). O excerto a seguir, retirado do meu memorial do Estágio Supervisionado 3, exemplifica esse movimento realizado por mim para realizar minhas práticas no estágio:

Excerto 2:

Considerando todo o cenário e as mudanças ocorridas no ensino remoto e a minha necessidade de estagiar, o diretor do campus Cabedelo, do IFPB, demonstrou-se compreensível, bem como a professora de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira da turma do 1º ano que, em conjunto, **autorizaram a presença de dois estagiários acompanhando as aulas remotas**. A professora mostrou-se, desde o nosso primeiro contato, muito solícita e disponível ao longo de toda a vivência, disponibilizando-se via *WhatsApp* para tirar as dúvidas, perguntar sobre minhas inferências acerca da experiência e se havia algo que ela poderia ajudar. Da mesma forma, os alunos do 1º ano se mostraram abertos e tranquilos **quanto à minha presença**, e também da segunda estagiária, **ao longo das aulas síncronas no Google Meet**. Nesse sentido, a minha expectativa, pontuada nas seções anteriores, quanto à relação amigável com a professora, foi confirmada e demonstrou-se extremamente importante pois **tive acesso à documentos que regulamentaram o funcionamento das aulas no ensino remoto**, tais como: i) **planos institucionais** para o desenvolvimento de atividades não presenciais contento a organização e divisão dos conteúdos ao longo das aulas; ii) **planos de curso** da disciplina de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira para as séries do 1º, 2º e 3º ano do curso Técnico em Multimídia integrado; e iii) **Plano Pedagógico de Curso (PPC)**. (MEMORIAL OES 3, 2021, grifo do autor).

É perceptível visualizar que em OES3 a minha vivência na turma em que acompanhei ocorreu com a presença de outra estagiária, uma prática incomum no âmbito do IFPB. Porém, devido às mudanças ocasionadas pela pandemia do coronavírus, dois

alunos realizaram suas vivências de estágio na mesma sala, com a ressalva de que cada um elaborasse o seu memorial de forma individual, uma vez que a vivência e as reflexões são únicas e particulares de cada discente. Esse mesmo caso aconteceu comigo em OES4, quando foi permitido que essa mesma colega e eu realizássemos juntos o estágio de prática docente, aspecto, ao meu ver, de grande aprendizado pois proporcionou o trabalho e a aprendizagem colaborativa ao longo das atividades no semestre 2021.2.

Nesse sentido, é perceptível, a partir do discutido até o presente momento, que realizei todas as etapas do estágio conforme solicitaram os professores das disciplinas. Vivenciei a realidade dos professores nas aulas síncronas no *Google Meet*, através do acompanhamento, planejamento e ministração de aulas, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, bem como nas aulas assíncronas no *WhatsApp* e no *Google Classroom*. No quadro a seguir verificamos o registro dessas práticas ao longo dos memoriais:

Quadro 3: Memoriais dos Estágios Supervisionados

OES 1 – Ofertado em 2020.1	“A primeira aula de observação no Estágio 1 , aconteceu no dia 09 de novembro de 2020, no <i>Google Meet</i> , na turma do 6º ano. A professora, como de costume, enviou o link faltando de 10 a 5 minutos para o início da aula que está prevista para às 13:30 da tarde.” (MEMORIAL OES 1, 2020, grifos meus).
OES 2 – Ofertado em 2020.2	“Assim, a minha primeira aula síncrona aconteceu no dia 14 de abril de 2021, no <i>Google Meet</i> , na turma do 7º ano. A professora regente me enviou o link faltando 20 minutos para o início da aula, que está prevista para às 15:10 da tarde, para que eu pudesse tirar alguma dúvida e organizasse os slides e o vídeo que seria passado para os alunos. Para esse encontro, eu reorganizei minha aula, acrescentando um texto e um exercício para serem trabalhados no segundo momento da aula, isto é, após eu me apresentar e contextualizar o tema gerador. ” (MEMORIAL OES 2, 2021, grifos meus).
OES 3 – Ofertado em 2021.1	“ A primeira aula de observação no Estágio 3 aconteceu na terça-feira, 17 de setembro de 2021, das 15:30 às 16:30 no <i>Google Meet</i> , na turma do 1º ano. A professora nos informou que essa aula deveria ter acontecido na segunda-feira, pelo turno da manhã, porém precisou cumprir umas demandas da COMPEC e, dessa forma, transferiu a aula para o dia seguinte, terça-feira.” (MEMORIAL OES 3, 2021, grifos meus).
OES 4 – Ofertado em 2021.2	“ A primeira aula de regência no Estágio 4 aconteceu na terça-feira, 23 de novembro de 2021, das 8h às 9h no <i>Google Meet</i> , na turma do 1º ano. Estiveram presentes ao longo do encontro cerca de 30 alunos que foram bastantes participativos. [...] A segunda aula de regência no Estágio 4 aconteceu na terça-feira , 30 de novembro de 2021, das 8h às 9h no <i>Google Meet</i> , na turma do 1º ano. Estiveram presentes ao longo do encontro cerca de 34 alunos que foram, mais uma vez, bastantes participativos.” (MEMORIAL OES 4, 2021, grifos meus).

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Conforme apresentado no Quadro 3, enquanto aluno do curso de Letras – Português do IFPB, consegui realizar, com o apoio dos professores das instituições de

ensino que me acolheram, todas as etapas e as atividades solicitadas da disciplina. No entanto, conforme os licenciandos relatavam ao longo das aulas de Orientação de Estágio Supervisionado, nem todos os discentes desenvolveram todas as atividades propostas pelos professores, bem como as realizadas por mim, apresentadas anteriormente, tais como acompanhar os grupos de *Whatsapp* da turma em que estava realizando o estágio, ter acesso aos instrumentos de planejamento e avaliação preparado pelo professor supervisor da escola, observar o quantitativo mínimo necessário para a efetivação da prática de estágio e até mesmo ministrar aulas remotamente levando em consideração as SDs elaboradas em comum acordo com os professores, formador e supervisor.

Em detrimento dos múltiplos cenários apresentados pelos discentes de como as escolas estavam realizando o ERE, os docentes das disciplinas de OES necessitaram rever de que forma iriam validar as mais diversas atividades realizadas pelos alunos nas tentativas de cumprir o solicitado durante o Estágio Supervisionado, seja ele de observação, seja ele de prática docente. Esse cenário vai ao encontro de um dos desafios, elencados por Vinhas e Santos (2021), vivenciados nesse período pandêmico pelas instituições de ensino, fazendo com que fosse

[...] necessário replanejar e ressignificar práticas formativas fundamentais para os cursos de licenciatura, considerando a realidade virtual que passou a permear o processo de ensino-aprendizagem enquanto perdurar a pandemia, além das questões sociais e econômicas que se impõem nas realidades educacionais do país. (VINHAS; SANTOS, 2021, p. 241).

Essas múltiplas realidades trazidas pelas licenciandos se deu porque as escolas da educação básica tiveram que reestruturar a oferta das aulas da “noite para o dia” (SANTOS; LIMA; SOUZA, 2020), questionando-se de que forma as atividades seriam desenvolvidas pelos seus alunos que, muitas das vezes, não tinham as mínimas condições possíveis. Nesse momento, ficou evidente que a tecnologia seria utilizada, revelando, conseqüentemente, a desigualdade social que assola o nosso país.

A saída encontrada para garantir o “direito à aprendizagem” ou “vínculo com a escola” foi o “ensino remoto”². essa alternativa exigiu um diagnóstico das condições dos(as) estudantes para tal empreendimento e o cenário desnudado, de forma que não é mais possível disfarçar, foi a irrefutável desigualdade de acesso aos meios tecnológicos, resultantes de outras tantas injustiças que atingem aos(as) filhos(as) da classe trabalhadora. Parte significativa dos(as) estudantes da rede de ensino brasileira não tem nenhum acesso ou não dispõe de condições

adequadas de uso da internet e tecnologias digitais. (SANTOS; LIMA; SOUZA, 2020, p. 1636).

Nesse sentido, passamos a ter escolas, principalmente no contexto rural, que a aprendizagem se deu, em muitos casos, com a realização e entrega de atividades impressas para os alunos que não tinha acesso às tecnologias e/ou internet para assistir as aulas síncronas no *Google Meet* e acompanhar o envio de atividades no *WhatsApp*. A partir desse fator, muitos licenciandos tiveram que realizar seus estágios no contexto descrito acima, bem como nos que são apresentados no quadro a seguir:

Quadro 4: Breve panorama das estratégias educacionais utilizadas para o Ensino Remoto Emergencial¹¹

Estratégias adotadas	Recursos
Realizada apenas com a disponibilização de material didático impresso entregue pela escola. O aluno deveria buscar o material, na data e horário agendados, realizar as atividades em casa e devolver na escola para a futura correção do professor.	Material Impresso
Realizada apenas via <i>WhatsApp</i> . O docente enviava, no grupo do <i>WhatsApp</i> da turma, a apostila, vídeo do <i>Youtube</i> e a atividade referente ao conteúdo semanal, para que os alunos pudessem realizá-la. Aqueles que não tinham acesso ao material disponibilizado de forma on-line, era dada a oportunidade para que eles pudessem recebê-lo presencialmente na escola e, quando fosse na data sinalizada pela professora, entregar, também, na escola para a correção.	<i>WhatsApp</i> , <i>Youtube</i> e Material Impresso
Realizada via <i>WhatsApp</i> e <i>Google Meet</i> . O professor disponibilizava no grupo da turma o material didático e atividades referentes ao conteúdo semanal. Na aula síncrona, realizada por videoconferência, utilizava-se o <i>Google Meet</i> como momento para explicar o conteúdo, tirar dúvidas e corrigir o exercício. A aula tinha duração de, na maioria das vezes, uma hora.	<i>WhatsApp</i> , <i>Youtube</i> , <i>Google Meet</i> e Material Impresso

¹¹ É importante ressaltar que esse quadro apresenta um breve panorama das inúmeras possibilidades educativas realizadas por algumas escolas do Estado da Paraíba durante a pandemia, cujos dados foram registrados a partir dos diálogos estabelecidos em sala de aula, enquanto professor de espanhol da Rede Privada de ensino, professor no Curso de Letras – Espanhol da Universidade Estadual da Paraíba, ministrando disciplinas de Estágio Supervisionado no período de ensino remoto, bem como aluno do curso de Letras – Português no IFPB. Não é meu intuito esgotar a temática, tampouco generalizar essas ações para todas as escolas, uma vez que outras possibilidades poderão ter sido executadas, segundo as especificidades e diretrizes da escola, cidade e estado.

<p>Realizada via <i>Google Classroom</i> e <i>Google Meet</i>. Utilizou-se o Google Sala de aula como uma forma de institucionalizar a oferta do ensino remoto nas escolas, utilizando-o para a organização das salas de aula online de modo que cada professor disponibilizasse os materiais didáticos e as atividades e, posteriormente, os discentes entregassem pela plataforma. O Google Meet foi utilizado para realizar os encontros síncronos das aulas. Mais uma vez, para os alunos que não tinham acesso à internet, o material didático e os exercícios impressos eram recolhidos na escola.</p>	<p><i>Google Meet</i>, <i>Google Classroom</i> e Material Impresso</p>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

O quadro 4 sinaliza as principais estratégias educacionais utilizadas para a efetivação do Ensino Remoto Emergencial. Nesse sentido, muitos alunos, colegas meus, tiveram que realizar o estágio, de vivência e de prática docente, por exemplo, acompanhando turmas somente pelo *WhatsApp* ou pelo *Google Classroom*, seja porque a escola havia adotado esse modelo, seja porque a escola não permitia a entrada de estagiários nas aulas síncronas devido a políticas internas, bem como a baixa carga horária disponível para que o professor titular da turma pudesse ministrar suas aulas. Esses fatores fizeram com que os licenciandos elaborassem, em conjunto com o professor da educação básica, materiais didáticos e exercícios para serem disponibilizados aos alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio, como uma forma de validar seu estágio.

Outrossim, o cenário apresentado acima trouxe inquietações para todos os professores formadores que estavam conduzindo as disciplinas de OES, pois se viram diante de cenários nunca imagináveis, cujas práticas curriculares de estágios eram realizadas presencialmente, com a previsão de carga horária para cada atividade de vivência e de prática docente (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, 2017a). Assim, novas inquietações surgiram: De que forma as diferentes atividades, realizadas por diferentes alunos, em diferentes contextos educacionais, serão validadas e consideradas, de fato? Qual parâmetro será utilizado para quantificar e validar as práticas feitas pelos professores em formação inicial? As ações executadas pelos discentes podem ser consideradas realmente atividades de estágio supervisionado remoto?

É inegável que a prática docente foi perpassada por várias inquietações e transformações ao longo do período pandêmico, atravessando, também, as atividades de estágio supervisionado que se apresenta como um contexto por excelência de formação docente. Nesse sentido, foi necessário deixar de lado o “ideal” e encarar o “real”, a realidade que professores e alunos tinham à sua disposição. A implementação do estágio no contexto emergencial, segundo Cigales e Souza (2021, p. 302), ampliou o

entendimento de “prática” nos cursos de licenciatura “pois nessa configuração a execução da disciplina, desde o planejamento, o acompanhamento e a realização da aula ocorrem de maneira virtual, para além do contexto de sala de aula física como estávamos acostumados em momento anterior à pandemia da COVID-19.”

Outrossim, ficou nítido a necessidade do trabalho conjunto entre todas as instâncias: Instituição de Ensino Superior – Professor formador – Estagiário – Escola – Professor supervisor, de modo que a prática de estágio acontecesse da melhor forma possível. As aulas síncronas mostraram ser apenas uma pequena parte do trabalho do professor. Nas aulas remotas houve a necessidade de reconfigurar todo o contexto, ou seja, repensar o calendário escolar, planejar as aulas e escolher quais conteúdos seriam importantes para trabalhar com os alunos nesse período de mudança, bem como a ação de selecionar e avaliar o(s) material(is) didático(s) que se têm a sua disposição na hora de ensinar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões tecidas ao longo deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), frutos de um estudo autoetnográfico, demarcam, além de tudo, marcas de uma vivência circunscrita em um período histórico que trouxe mudanças drásticas e desafios para toda a nossa sociedade devido a pandemia do COVID-19, dentre eles destaco a luta de todos nós pela vida em meio a um governo negacionista que tomou proporções alarmantes, e a necessidade de reconfigurar nossas atividades.

Dentre as reconfigurações realizadas durante o período pandêmico, sinalizo as do contexto educacional que passou a adotar o Ensino Remoto Emergencial como uma alternativa para diminuir os casos de contaminação da COVID-19 e para que os estudantes continuassem com o direito à educação durante a pandemia. Em vista disso, as práticas curriculares de Estágio Supervisionado necessitaram ser reconfiguradas de modo que pudessem adequar-se à realidade que estávamos vivenciando, bem como as incertezas que perpassavam aquele momento.

Em consequência disso, realizei um estudo inserido no campo da LA (MOITA LOPES, 2006, 2015), de abordagem qualitativa (OLIVEIRA, 2007; LUDKE, ANDRÉ, 1986) e de base autoetnográfica (ELLIS; ADAM, BOCHNER, 2011; ONO, 2018; MAGALHÃES, 2018), vislumbrando responder o seguinte questionamento: *que*

configurações o Estágio Supervisionado na Licenciatura de Letras – Português, na modalidade à distância, do IFPB sofreu em virtude do contexto pandêmico?.

Identifiquei ao longo da minha vivência enquanto licenciando no curso de Letras – Português do IFPB, matriculado nas disciplinas de Orientação de Estágio Supervisionado (I, II, III e IV), durante os períodos letivos 2020.1, 2020.2, 2021.1 e 2021.2, realizados durante a pandemia, a presença de reconfigurações institucionais e pedagógicas.

As reconfigurações institucionais dizem respeito às modificações realizadas no âmbito nacional, tais como a paralisação das atividades nas Instituições de Ensino, em nosso caso de nível superior, a partir de Portarias do MEC, a exemplo da Nº 343 de 17 de março de 2020, Nº 345, de 19 de março de 2020, Nº 395, de 15 de abril de 2020, dentre outras que regulamentaram a realização das atividades curriculares no contexto ERE durante a pandemia. Outro exemplo de reconfigurações institucionais identificada e analisada ao longo deste estudo, foram as realizadas pelo IFPB, especificamente as que orientaram as Atividades de Ensino Não Presenciais – AENPs, bem como a realização dos estágios supervisionados pelos professores em formação inicial, amparados pela Instrução Normativa 1/2020 - PRE/REITORIA/IFPB, de 13 de outubro de 2020.

Identifiquei, também, a reconfigurações no calendário letivo do curso de Letras, bem como novas diretrizes para oficializar a prática de estágio supervisionado que deveriam ser realizados, preferencialmente, de forma remota, devido ao cenário pandêmico vigente.

No que diz respeito às reconfigurações pedagógicas, meu olhar voltou-se para as disciplinas de Orientação de Estágio Supervisionado, cujas diretrizes e práticas, já sedimentadas no curso a partir dos Planos de Cursos, aspecto que ao meu ver necessita ser revisto, estavam voltadas para a realização de estágios presencialmente. Frente a isso, foi necessário reorganizar a carga horária de vivência e de prática docente prevista nos documentos para a nova realidade de ensino mediada pelas TICs. Não obstante, além da prática no estágio remoto, acompanhando as turmas, ora no Ensino Fundamental 2, ora no Ensino Médio, novas atividades foram solicitadas aos licenciandos como forma de validar e de equivalência as que estavam presentes nos planos de curso, contribuindo, conseqüentemente, na formação docente.

Por fim, percebeu-se a constante confluência do “ideal” e do “real” no que diz respeito à realização do Estágio Supervisionado no curso de Letras. Esse fator aconteceu devido às múltiplas realidades e reconfigurações realizadas pelas escolas da Educação

básica durante a pandemia, de modo que pudessem efetivar suas atividades segundo à sua realidade. Nesse sentido, na maioria dos casos, os documentos, as diretrizes apontavam a execução do estágio de vivência e de prática docente de uma forma, quando os licenciandos estavam diante de uma outra realidade, fugindo, quase sempre, das reconfigurações institucionais.

Assim posto, percebo que as reconfigurações identificadas e analisadas ao longo deste estudo registram tomadas de decisões a nível institucional e pedagógico que foram fundamentais para a realização do Estágio Supervisionado durante a pandemia. Apresentou novas possibilidades e configurações de como o estágio pode ser realizado pelos discentes, seja de forma remota síncrona ou assíncrona, seja de forma presencial, e avaliados institucionalmente e pedagogicamente pelos professores formadores. Demarca, também, as dificuldades e desafios que o IFPB, professores formadores das disciplinas de OES e graduandos enfrentaram para colocar em prática suas atividades docentes. Além disso, o Ensino Remoto Emergencial tornou mais evidente a desigualdade social que circunda o nosso país, pois muitos dos nossos estudantes não possuem computadores, *tablets* e celulares de excelentes qualidades conectados à internet ou com pacotes de dados que suportem assistir 60 minutos de aulas síncronas.

Dito isto, ratifico o Estágio Supervisionado como um momento imprescindível na formação dos futuros professores, como bem refleti ao longo deste texto. Especificamente no meu caso, em meio a tantas reconfigurações atravessadas por incertezas e inseguranças em virtude de um contexto totalmente novo, se apresentou como um espaço de reflexão, formação e construção de minha identidade enquanto professor de língua portuguesa.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L.; NOGUEIRA PANIAGO, R.; RIBEIRO CUNHA, F. S. Os impactos do coronavírus no saber fazer docente dos professores do ensino médio integrall. **Itinerarius Reflectionis**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 01–22, 2020. DOI: 10.5216/rir.v16i1.65352. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/65352>. Acesso em: 21 maio. 2021.

ALMEIDA, L. M. F. **Planejamento do ensino de língua portuguesa no estágio supervisionado de letras**: as articulações entre os eixos. 2021. 112 f. Dissertação (Mestrado em Linguagem e Ensino) – Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2021. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/18163>. Acesso em: 2 jun. 2022.

ALMEIDA FILHO, J. C. P. **Dimensões comunicativas no ensino de línguas**. 8 ed. Campinas: Pontes, 2015.

ARRUDA, E. P. Educação Remota Emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. **EmRede**, v. 7, n. 1, p. 257-275, 2020. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/621>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BOSSLE, F.; MOLINA, V. No “olho do furacão”: uma autoetnografia em uma escola da rede municipal de ensino de Porto Alegre. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 31, n. 1, p. 131-146, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP N. 01**, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, Diário Oficial da União, Seção 1, p. 31, 2002a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf. Acesso em: 14 jul. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP N. 02**, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Diário Oficial da União, Brasília, seção 1, p. 9, 2002b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto 5.622**, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o artigo 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm. Acesso em: 7 ago. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 9.057**, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm#art24 Acesso em: 7 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996a, p. 27.833.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 934**, de 1º de abril de 2020 . Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/141349>. Acesso em: 15 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Portaria nº 343**, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus–Covid-19. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/Portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 12 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Portaria nº 345**, de 19 de março de 2020. Altera a Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/Portaria-n-345-de-19-de-marco-de-2020-248881422>. Acesso em: 12 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Portaria nº 473**, de 12 de maio de 2020. Prorroga o prazo previsto no § 1º do art. 1º da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/Portaria-n-473-de-12-de-maio--de-2020-256531507>. Acesso em: 12 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Portaria nº 544**, de 16 de junho de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo Coronavírus–Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/Portaria-n-544-de--16-de-junho-de-2020-261924872>. Acesso em: 12 ago. 2022.

CARVALHO, A. M. P. de. **Os estágios nos cursos de licenciatura**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

CARVALHO, A. G. L. S.; SOUZA, A. C. P. Reflexões sociais sobre os desafios das Instituições de Ensino Superior no contexto pandêmico. In: **44º Encontro Anual da ANPOCS**, 2020, Online. Anais do 44º Encontro Anual da ANPOCS. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2020. Disponível em: <https://www.anpocs2020.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhemFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJRF9BUIFVSVZPIjtzOjQ6IjQxMDgiO30iO3M6MT0iaCI7czozMjoiY2ZjOTIxM2NkNmE0NGZkOGI1NWNjZDM2ZmE3NzFhZmMiO30%3D>. Acessado em: 12 ago. 2022.

CASTILHO, M. L.; SILVA, C. N. N. da. A COVID-19 e a educação profissional e tecnológica: um panorama das ações de acompanhamento e enfrentamento da pandemia

nos Institutos Federais. **Revista Nova Paideia - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 18 - 34, 2020. DOI: 10.36732/riep.v2i3.60. Disponível em: <https://ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/41>. Acesso em: 12 ago. 2022.

CIGALES, M. P.; DE SOUZA, R. D. O Estágio Curricular Supervisionado em tempos de pandemia: um debate em construção. **Latitude**, [S. l.], v. 14, n. Esp., p. 286–310, 2021. DOI: 10.28998/lte.2021.n.Esp.11400. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/11400>. Acesso em: 31 ago. 2022.

ELLIS, C.; ADAMS, T. E.; BOCHNER, A. P. Autoethnography: An Overview. **Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research**, v. 12, n. 1, 2010. Disponível em: <https://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/1589>. Acesso em: 10 ago. 2022.

FREIRE, M. M. O estágio de observação e a formação docente sob a perspectiva da complexidade. In: SILVA, K. A. et. al. **A formação de professores de línguas: Novos olhares –Volume I**. Campinas-SP: Pontes Editores, p. 265-284.

FREIRE, P. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

GUIMARÃES, R. B. J. O estágio curricular no curso de Letras: o desafio de ensinar a ensinar Literatura. In: MILREU, Isis; RODRIGUES, Márcia Candeia. **Ensino de Língua e Literatura: Políticas, Práticas e Projetos**. Campina Grande: Bagagem, 2012, p. 273-288.

HODGES, Charles et al. The difference between emergency remote teaching and online learning. **Educause Review**, 2020. Disponível em: <https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning#fn7>. Acesso em: 10 jun. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. Conselho Superior. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa na modalidade a Distância**. João Pessoa, 2017a. Disponível em: https://ava2021.ead.ifpb.edu.br/pluginfile.php/51738/mod_folder/content/0/Orienta%C3%A7%C3%B5es%20da%20Coordena%C3%A7%C3%A3o/Matriz%20Curricular%20Letras_2017.pdf?forcedownload=1. Acesso em: 8 ago. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. Conselho Superior. **Resolução ad referendum N° 14, de 30 de maio de 2017**. Dispõe sobre o Regulamento de Estágio Supervisionado dos Cursos de Licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB. João Pessoa, 2017b. Disponível em: https://estudante.ifpb.edu.br/media/cursos/43/documentos/RESOLU%C3%87%C3%83O_AD_REFERENDUM_N_14-2017.pdf. Acesso em: 8 ago. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. Conselho Superior. **Resolução AR 13/2020** -

CONSUPER/REITORIA/IFPB, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre as ações no que concerne às medidas de proteção à saúde das pessoas e para o enfrentamento da disseminação Coronavírus (COVID-19), [2020]. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2020/aprovadas-ad-referendum/resolucao-no-13>. Acesso em 11 ago. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. Conselho Superior. **Resolução AR 18/2020 - CONSUPER/REITORIA/IFPB, de 6 de abril de 2020.** Dispõe sobre prorrogação o prazo das ações no que concerne às medidas de proteção à saúde das pessoas e para o enfrentamento da disseminação Coronavírus (COVID-19), [2020]. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2020/aprovadas-ad-referendum/resolucao-no-18/view>. Acesso em: 11 ago. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. Conselho Superior. **RESOLUÇÃO AR 20/2020 - CONSUPER/REITORIA/IFPB, de 27 de abril de 2020.** Dispõe sobre nova prorrogação do prazo das ações no que concerne às medidas de proteção à saúde das pessoas e para o enfrentamento da disseminação Coronavírus (COVID-19), [2020]. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2020/aprovadas-ad-referendum/resolucao-ar-20-2020-prorrogacao-do-prazo-das-atividades-escolares.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. Conselho Superior. **RESOLUÇÃO AR 24/2020 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, de 25 de maio de 2020.** Dispõe sobre prorrogação o prazo das ações no que concerne às medidas de proteção à saúde das pessoas e para o enfrentamento da disseminação do Coronavírus (COVID-19), [2020]. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2020/aprovadas-ad-referendum/resolucao-no-24>. Acesso em: 11 ago. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. Conselho Superior. **RESOLUÇÃO 29/2020 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB.** Estabelece os procedimentos para desenvolvimento e registro de Atividades de Ensino Não Presenciais (AENPs), durante o período de suspensão das atividades presenciais, no âmbito do IFPB, enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19, [2020]. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2020/aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-29>. Acesso em 11 ago. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. Conselho Superior. **RESOLUÇÃO AR 29/2020 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, de 29 de junho de 2020.** Dispõe sobre nova prorrogação do prazo das ações no que concerne às medidas de proteção à saúde das pessoas e para o enfrentamento da disseminação Coronavírus (COVID-19), [2020]. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2020/aprovadas-ad-referendum/resolucao-no-29>. Acesso em: 11 ago. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. Conselho Superior. **RESOLUÇÃO AR 31/2020 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, de 31 de julho de 2020.** Dispõe sobre nova prorrogação do prazo das ações no que concerne às medidas de proteção à saúde das pessoas e para o enfrentamento da disseminação Coronavírus (COVID-19), [2020]. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2020/aprovadas-ad-referendum/resolucao-no-31>. Acesso em: 11 ago. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. Conselho Superior. **RESOLUÇÃO AR 35/2020 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, de 28 de agosto de 2020.** Dispõe sobre nova prorrogação do prazo das ações no que concerne às medidas de proteção à saúde das pessoas e para o enfrentamento da disseminação Coronavírus (COVID-19), [2020]. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2020/aprovadas-ad-referendum/resolucao-no-35>. Acesso em: 11 ago. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. Pró-Reitoria de Ensino. **INSTRUÇÃO NORMATIVA 1/2020 - PRE/REITORIA/IFPB, de 13 de outubro de 2020.** Dispõe sobre a oferta de estágio (em período da pandemia do Coronavírus (COVID-19)), [2020]. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/pre/assuntos/documentos-normativos/instrucao-normativa-1-2020-pre-reitoria-ifpb-de-13-de-outubro-de-2020.pdf>. Acesso em 11 ago. 2022.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1990.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAGALHÃES, C. E. A. de. Autoetnografia em contexto pedagógico: entrevista e reunião como lócus de investigação. **Veredas – Revista de Estudos Linguísticos**, v. 22, nº 1, 2018, p. 16-33. Disponível em: https://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2018/08/Artigo_1_Veredas2018_1.pdf. Acesso em: 10 ago. 2022.

MOITA LOPES, L. P. da. (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

MOITA LOPES, L. P. da. Entrevista – Linguística Aplicada Indisciplinar. **Grau Zero — Revista de Crítica Cultural**, v. 3, n. 2, 2015.

MORAN, J. M. Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas. In: MORAN, José; MASETTO, Marcos; BEHRENS, Marilda. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. São Paulo: Editora Papirus, 2012 [2000], p. 11-65.

MORAES, F. R. F.; BARGUIL, P. M. Estágio supervisionado: aspectos históricos e a (auto)formação de professores de matemática. **Teoria e Prática da Educação**, v. 23, n. 1, p. 145-166, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/52987>. Acesso em: 8 jun. 2022.

MORAN, J. M. **O que é Educação a Distância**. Universidade de São Paulo, 200-. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/dist.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2022.

MOREIRA, J. da S. Implicações do estágio supervisionado na constituição da identidade profissional: relato de experiência. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade - REED**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 375-391, 2020. DOI: 10.22481/reed.v1i2.7681. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/7681>. Acesso em: 8 ago. 2022.

MOREIRA, J. A.; SCHLEMMER, E. Por um novo conceito e paradigma de educação digital onlife. **Revista UFG**, Goiânia, v. 20, 2020. Disponível em: https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/10642/1/Doc.UFG_Onlife.pdf. Acesso em: 11 jun. 2022.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Vozes: Petrópolis, 2007.

ONO, F. T. P. Possíveis contribuições da autoetnografia para investigações na área de formação de professores e formação de formadores. Veredas – **Revista de Estudos Linguísticos**, v. 22, nº 1, 2018, p. 51-62. Disponível em: https://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2018/08/Artigo_3_Veredas2018_1.pdf. Acesso em: 10 ago. 2022.

PAIVA, V. L. M. de O.. Ensino remoto ou ensino a distância efeitos da pandemia. **Estudos Universitários: revista de cultura**, v. 37, n. 1 e 2, Dez. 2020, p. 58-70.

PICONEZ, S. C. B. **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 24 ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores: unidade entre teoria e prática. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 94, p. 58–73, 2013. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/83>. Acesso em: 28 jul. 2022.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência: diferentes concepções. **Poésis Pedagógica**, Goiânia, v. 3, n. 3 e 4, p. 5–24, 2006. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/poesis/article/view/10542>. Acesso em: 14 jul. 2022.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e Docência**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, E.; LIMA, I. DE S.; SOUSA, N. J. “Da noite para o dia” o ensino remoto: (re)invenções de professores durante a pandemia. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica**, v. 5, n. 16, p. 1632-1648, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/9178>. Acesso em 11 ago. 2022.

VIDAL, E. M.; MAIA, J. E. B. **Introdução à educação a distância**. Fortaleza: Editora RDS, 2010.

VINHAS, T.; SANTOS, L. M. S. dos. Estágio supervisionado e ensino remoto emergencial: Quais os desafios para a formação docente?. **Revista Latino-Americana de Estudos Científicos**, v. 02, n.10, p. 230-243, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ipa/article/view/36252>. Acesso em: 29 ago. 2022.

ANEXOS

ANEXO A – CALENDÁRIO ACADÊMICO 2020.1

Calendário Acadêmico - Curso de Letras EaD - 2020.1

100 DIAS LETIVOS



SEM		FEVEREIRO							DESTAQUES	
		D	S	T	Q	Q	S	S		
								1	10	Reunião Pedagógica para o semestre 2020.1
									16	Último dia para implantação de notas no Suap
		2	3	4	5	6	7	8	19 e 20	Matrícula Veteranos
		9	10	11	12	13	14	15	27	Início do Semestre 2020.1
		16	17	18	19	20	21	22	21	Início do período de AJUSTES DE MATRÍCULA
		23	24	25	26	27	28	29		
		30	31							
										Dias Letivos: 3

SEM		MARÇO							DESTAQUES	
		D	S	T	Q	Q	S	S		
1		1	2	3	4	5	6	7	1	Encerramento do período de AJUSTES DE MATRÍCULA
2		8	9	10	11	12	13	14	7	Aula de abertura sem. 2020.1 - Ingressantes
3		15	16	17	18	19	20	21	12	Aprov. Estudos - disciplinas do P1 - último dia p/ solicit
		22	23	24	25	26	27	28	23	Início da suspensão das atividades - Pandemia
		29	30	31						
										Dias Letivos: 18

SEM		ABRIL							DESTAQUES	
		D	S	T	Q	Q	S	S		
									10	Paixão de Cristo
									21	Tiradentes
		5	6	7	8	9	10	11		
		12	13	14	15	16	17	18		
		19	20	21	22	23	24	25		
		26	27	28	29	30				
										Dias Letivos: 0

SEM		MAIO							DESTAQUES	
		D	S	T	Q	Q	S	S		
								1 2	1	Dia do Trabalho (F.N)
		3	4	5	6	7	8	9		
		10	11	12	13	14	15	16		
		17	18	19	20	21	22	23		
		24	25	26	27	28	29	30		
		31								Dias Letivos: 0

SEM		JUNHO							DESTAQUES	
		D	S	T	Q	Q	S	S		
									6	APLICAÇÃO DE PROVAS PRESENCIAIS (2º dia)
									11	Corpus Christi
		7	8	9	10	11	12	13	20	APLICAÇÃO DE PROVAS PRESENCIAIS (3º dia)
		14	15	16	17	18	19	20	27	Apresentação dos Seminários Interdisciplinares
		21	22	23	24	25	26	27		
		28	29	30						Dias Letivos: 0

SEM		JULHO							DESTAQUES	
		D	S	T	Q	Q	S	S		
									29	Reunião de Planejamento do reinício do semestre
		10			1	2	3	4		
		11	5	6	7	8	9	10	11	
		12	12	13	14	15	16	17	18	
		13	19	20	21	22	23	24	25	
		14	26	27	28	29	30	31		
										Dias Letivos: 0

SEM		AGOSTO							DESTAQUES	
		D	S	T	Q	Q	S	S		
									1	* Semana de atualização/revisão de conteúdos
		2	3	4	5	6	7	8	17	Reinício do semestre 2020.2
		* 9	10	11	12	13	14	15	28	Aproveitamento de estudos (discip.P2 ao P8) - último dia
		4	16	17	18	19	20	21	22	
		5	23	24	25	26	27	28	29	
		6	30	31						Dias Letivos: 11

SEM		SETEMBRO							DESTAQUES	
		D	S	T	Q	Q	S	S		
									23	Último dia para solicitação de TRANCAMENTO
		6			1	2	3	4	5	
		7	6	7	8	9	10	11	12	
		8	13	14	15	16	17	18	19	
		9	20	21	22	23	24	25	26	
		10	27	28	29	30				
										Dias Letivos: 21

SEM		OUTUBRO							DESTAQUES	
		D	S	T	Q	Q	S	S		
									19 a 23	1ª SEMANA de aplicação de provas
		10			1	2	3		30	Aprov. de Estudos - disc. P2 ao P9 - Resultados
		11	4	5	6	7	8	9	10	
		12	11	12	13	14	15	16	17	
		13	18	19	20	21	22	23	24	
		14	25	26	27	28	29	30	31	
										Dias Letivos: 25

Dias Letivos
Domingos e Feriados
Férias Docentes
Exames Finais
Atividades administrativas

(F. N.) - Feriado Nacional (P. F.) - Ponto Facultativo

SEM		NOVEMBRO							DESTAQUES		
		D	S	T	Q	Q	S	S			
									02 a 07	2ª SEMANA de aplicação de provas	
		1	2	3	4	5	6	7	09 a 14	Seminários Interdisciplinares	
		14	8	9	10	11	12	13	14		
		15	15	16	17	18	19	20	21	16 a 21	SEMANA DE REPOSIÇÃO DE PROVAS
		16	22	23	24	25	26	27	28	30	Início da semana de provas finais
		17	29	30							
										Dias Letivos: 22	

SEM		DEZEMBRO							DESTAQUES	
		D	S	T	Q	Q	S	S		
									1 a 5	SEMANA DE PROVAS FINAIS
									5	ENCERRAMENTO DO SEMESTRE
		6	7	8	9	10	11	12	14	Último dia para lançamento de notas no suap
		13	13	14	15	16	17	18	19	
		14	20	21	22	23	24	25	26	
		15	27	28	29	30	31			
										Dias Letivos: 0

Dias Letivos
Domingos e Feriados
Férias Docentes
Exames Finais
Atividades administrativas

(F. N.) - Feriado Nacional (P. F.) - Ponto Facultativo

RESUMO DA CONTAGEM DOS DIAS LETIVOS - Semestre 2020.1	
21	dias cumpridos antes da suspensão das atividades acadêmicas
79	dias restavam para o término do semestre 2020.1
112	dias de suspensão (excluído período de férias docentes)
27	dias de férias docentes (JULHO)
79	dias letivos após o retorno das atividades acadêmicas
100	total de dias letivos

Observações:

A Medida Provisória nº 934/2020 - Poder Executivo - dispensou as instituições de educação superior, em caráter excepcional, do cumprimento da obrigatoriedade de mínimo de dias letivos no ano de 2020, em razão da situação de emergência sanitária.